DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA, sexta-feira, 20 de janeiro de 1978 — ANO II - Nº 15

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

Secretaria de Administração

DECRETO DE 16 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 15.620/76,

RESOLVE:

RETIFICAR, o Decreto de 12 de abril de 1976, publicado no "Distrito Federal" nº 58, de 20 de abril do mesmo ano, que aposentou o funcionário ABEL LOPES, Carpinteiro, nível 8-A, matrícula nº 2.313, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para considerar essa aposentadoria nos termos dos artigos 176, item III, e 178, item I, letra "b", da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a nova redação dada pela Lei nº 6.481 de 5 de dezembro de 1977, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item I, alínea "b", da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Distrito Federal, 16 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 16 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 32.832/77,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, JOÃO MARTINS FRANCO, do cargo de Armador de Estrutura, nível 8-A, matrícula nº 6.603, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 30 de novembro de 1977.

Distrito Federal, 16 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 16 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 57.810/77,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, LUIZ CARLOS COSTA, do cargo de Agente de Portaria, Classe "A", Código TP-602.1, matrícula nº 3.058, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 29 de novembro de 1977.

Distrito Federal, 16 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 32.268/77
INTERESSADO: GILBERTO ALVES MONTEIRO - Insc. nº 91.461-CLT-FEDF
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - GABINETE CIVIL)

Senhor Governador:

Pela autorização do afastamento nos termos do artigo 5º, item IV, do Decreto nº 2.628/74, sem prejuízo dos seus salários.

Brasília, 10 de janeiro de 1978.

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO. Autorizo.
Brasília, 16 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 32.269/77
INTERESSADO: GOIANY BABILÔNIA DE SOUZA - Mat. 208-CLT-TERRACAP
ASSUNTO: REQUISIÇÃO - TORNA SEM EFEITO

Senhor Governador:

Tendo em vista o Aviso nº 238-SP/GC, de 30.12.77, proponho a Vossa Excelência seja tornado sem efeito o despacho de 19 de dezembro de 1977, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 242, de 22 de dezembro de 1977, em que colocou o servidor GOIANY BABILÔNIA DE SOUZA, matrícula nº 208, da TERRACAP, à disposição do Gabinete Civil da Presidência da República.

Brasília, 11 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO.
Brasília, 16 de janeiro de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 35.443/77
INTERESSADO: ABIB ANI CURY - Mat. 6.167-GAG
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)

Senhor Governador:

Pela autorização do afastamento nos termos do Parágrafo Único, do artigo 3º, do Decreto nº 2.628/74, sem prejuízo dos seus vencimentos e vantagens.

Brasília, 11 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO. Autorizo.

Brasília, 16 de janeiro de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 435.408/77
INTERESSADO: ADENIR SÔNIA ALMEIDA MACHADO - Insc. 93.748-FEDF/CLT
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO

Senhor Governador:

Trata o presente processo de solicitação de dispensa de ponto da servidora ADENIR SÔNIA ALMEIDA MACHADO, Assistente de Administração, Símbolo EP-12, inscrição nº 93.748, contratada da Fundação Educacional do Distrito Federal, para participar da OPERAÇÃO NACIONAL PRO XX DO PROJETO RONDON, nos Estados de Pernambuco e Ceará, no período de 01 de janeiro a 04 de fevereiro de 1978.

A Secretaria de Educação e Cultura manifestou-se favoravelmente, nos termos do artigo 2º do Decreto nº 2814/74.

Assim, proponho a Vossa Excelência seja considerada a dispensa de ponto à servidora em questão, no período de 01/01 a 04/02/78, nos termos do artigo 1º, do Decreto mencionado, desde que comprove o seu comparecimento.

Brasília, 11 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO: Autorizo

Brasília, 16 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 34.948/77
INTERESSADO: JOSÉ MELQUIAS DE MEDEIROS — Mat. nº 16.780 - SSP
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - GABINETE CIVIL)

Senhor Governador:

Pela autorização do afastamento nos termos do Parágrafo Único, do artigo 3º, do Decreto nº 2.628/74, sem prejuízo dos seus vencimentos e vantagens.

Brasília, 12 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO. Autorizo.
Brasília, 16 de janeiro de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 32.371/77
INTERESSADO: TERESA LÚCIA DE TOLEDO SALES, Insc. 90.226-CLT-FEDF
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA)

Senhor Governador:

Pela autorização do afastamento, em caráter excepcional, sem prejuízo dos seus salários, até 31 de dezembro de 1978.

Brasília, 12 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO. Autorizo.
Brasília, 16 de janeiro de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 032832/77
INTERESSADO: JOÃO MARTINS FRANCO-Mat. Nº 6.603-SSP
ASSUNTO: EXONERAÇÃO

Senhor Governador:

Trata-se de pedido de exoneração formulado pelo interessado.

O processo está devidamente instruído e, nada havendo a opor, proponho seu deferimento.

Brasília, 12 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO. Lavre-se o ato.
Brasília, 16 de janeiro de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 57.810/77
INTERESSADO: LUIZ CARLOS COSTA - Mat. nº 3.058 - SEF
ASSUNTO: EXONERAÇÃO

Senhor Governador:

Trata-se de pedido de exoneração formulado pelo interessado.

O processo está devidamente instruído e, nada havendo a opor, proponho seu deferimento.

Brasília, 12 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO. Lavre-se o ato.
Brasília, 16 de janeiro de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 32.856/77
INTERESSADO: ADALCIRA JOSÉ VALENTE — Insc. 97.779-CLT-FEDF
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA)

Senhor Governador:

Pela autorização do afastamento, em caráter excepcional, sem prejuízo dos seus salários, até 31 de dezembro de 1978.

Brasília, 12 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO. Autorizo.
Brasília, 16 de janeiro de 1978
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 28.571/77
INTERESSADO: COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL
ASSUNTO: ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS

Senhor Governador,

Em 12 de dezembro próximo passado, Vossa Excelência autorizou fossem alienadas 183 (cento e oitenta e três(viaturas, cuja relação consta de fls. 15 a 24 deste processo.

Entretanto, face à necessidade de transferência de propriedade junto ao DETRAN, solicito a Vossa Excelência sejam delegados poderes ao titular desta pasta para assinar os respectivos Recibos de Venda.

Brasília, 13 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO. Delego poderes ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Administração para assinar pelo Distrito Federal, os Recibos de Venda das viaturas objeto deste processo.

Brasília, 16 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 6º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

- As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.
- Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.
- As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março de cada ano.
- Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.
- Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

REMESSA DE VALORES

- A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento por cheque visado a favor do Governo do Distrito Federal, acompanhada de esclarecimentos quanto a sua aplicação.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL
do Distrito Federal

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal
Editado pela Divisão de Divulgação da SEA

EXPEDIENTE

DIRETOR
ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração
Anexo I do Palácio do Buriti - 6º Andar

Telefones: Direto: 225.7803 - PABX - 225.6830 Ramal 312

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES
Anual ..... Cr$ 400,00
Semestral ..... Cr$ 200,00

FUNCIONÁRIOS
Anual ..... Cr$ 300,00
Semestral ..... Cr$ 150,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido de Cr$ 325,00 anuais.

MATÉRIA PAGA

Por centimetro de coluna.
Órgãos Governamentais ..... Cr$ 6,40
Particulares ..... Cr$ 10,00

NUMERO AVULSO

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
- O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DA MATÉRIA

-Os originais, para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados em um só lado do papel, tamanho ofício, em espaço dois sem rasuras nem emendas.

Texto datilografado, em tinta preta, em original e 1 (uma) só via, admitindo-se em caráter excepcional, cópia xerográfica, com impressão nítida em cor preta e garantida sua indelebilidade.

Quadros, tabelas, balanços, balancetes, demonstrativos, e outras matérias que, pela sua natureza, tenham que ser reproduzidas em fotofilme, deverão ser encaminhadas ao "Diário Oficial" em original de boa qualidade, na forma prevista acima.

Os contratos, convênios, e termos de transação deverão conter em seu texto, cláusula expressa determinando a responsabilidade do custeio de sua publicação no "Diário Oficial", cujo pagamento será sempre antecipado, no caso de pessoa física, órgão ou entidade estranha ao Complexo Administrativo do Distrito Federal.

-(Decreto nº 3.282 de 15.06.76 - "DO" de 16.06.76) e Portaria Nº 199 SEA (Publicada no "DO" Nº 06 de 24 06/76).

PROCESSO Nº: 32.819/77
INTERESSADO: MUHAMEDE SIMÃO, Mat. 91.157-CLT-FZDF
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE REQUISIÇÃO (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS)

Senhor Governador:

O Senhor Governador do Estado de Goiás, solicita autorização para permanência naquele Estado de MUHAMEDE SIMÃO, Motorista, matrícula Nº 91.157, da Tabela de Empregos da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

O Senhor Diretor Presidente da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, sendo consultado, opinou favoravelmente quanto ao solicitado.

Em caráter excepcional, proponho a Vossa Excelência seja dada anuência ao pedido, sem prejuízo dos seus salários, até 30 de junho do corrente ano.

Brasília, 16 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO. Autorizo. Oficie-se.

Brasília, 16 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 15.620/76
INTERESSADO: ABEL LOPES
ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DE DECRETO DE APOSENTADORIA

Senhor Governador:

Através do Decreto de 12 de abril de 1976, publicado no "Distrito Federal" nº 58, de 20 de abril do mesmo ano, ABEL LOPES, Carpinteiro, nível 8-A, matrícula nº 2.313, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, foi aposentado, por invalidez, nos termos dos artigos 176, item III e 181 da Lei nº 1.711, de 28/10/1952, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item II, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Em 25 de maio de 1977, através de requerimento, o referido servidor solicitou abertura de Processo Especial, alegando que a doença que o levou à aposentadoria foi em consequência de acidente de servico

Indo o processo à Supervisão de Processos Administrativos desta Secretaria, foi instaurado Processo Especial, de comprovação de acidente em serviço, onde todas as apurações necessárias ao julgamento do fato foram realizadas.

Diante de todas as diligências realizadas, ficou caracterizado que o diagnóstico da doença que motivou a aposentadoria do requerente, conforme parecer da Divisão de Serviços Médicos, da Coordenação do Sistema de Pessoal -SEA, tem relação de causa e efeito com o acidente automobilístico sofrido no exercício de suas funções, em 20 de julho de 1961.

Ante o exposto, submeto o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência, propondo a retificação do Decreto acima mencionado, para considerar essa aposentadoria nos termos dos artigos 176, item III, e 178, item I, letra "b", da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a nova redação dada pela Lei nº 6.481, de 5 de dezembro de 1977, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item I, alínea "b", da Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasília, 16 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO. Lavre-se o ato.

Brasília, 16 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 211a. SESSAO ORDINARIA DO CONSELHO PENITENCIARIO DO DISTRITO FEDERAL.

Aos nove dias do mês de dezembro de mil novecentos e setenta e sete, às dezoito horas, no segundo andar o Edifício Venâncio IV, nesta Capital Federal, reuniu-se o Conselho Penitenciário do Distrito Federal, sob a presidência do Conselheiro ABELARDO DA SILVA GOMES, presentes os Senhores Conselheiros: NELSON TRANCOSO MEIRELLES, MIGUEL JORGE SOBRINHO, ELISIO RODRIGUES DE ARAUJO, JOAO SEABRA DA SILVA, LEIA ESTEVES, CELSO FRANCO DE SA SANTORO, e os Membros Informantes do Centro de Internamento e Reeducação e Núcleo de Custódia de Brasília, respectivamente, os Senhores Diretores Doutores: JOSE MARIA DOS ANJOS e RENAN DE OLIVEIRA DUARTE. Ausentes justificamente, o Doutor EVALDO CARNEIRO. Aberta a Sessão, foi lida a Ata da Sessão anterior que, em votação, foi aprovada por unanimidade. LEITURA DE EXPEDIENTE: - Foram recebidos ofícios da Vara das Execuções Criminais do Distrito Federal, encaminhando carta de guia de 02 (dois) sentenciados. COMUNICAÇOES DIVERSAS: - A Conselheira LEIA ESTEVES, informou que esteve em visita ao Meritíssimo Juíz das Execuções Criminais, Doutor IRAJA PIMENTEL, e tomou conhecimento através do próprio magistrado, que deixaram de ser apreciados vários processos de INDULTO NATALINO, em virtude dos autos principais encontrarem-se no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, razão pela qual somente 05 (cinco) sentenciados foram liberados; Finalizando a Ilustre Conselheira comunica que aquele juízo, por seu intermédio solicita a interferência deste Conselho Penitenciário junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para solucionar o impasse, considerando que os únicos prejudicados são os internos do Centro de Internamento e Reeducação. JULGAMENTO: - O Conselheiro CELSO FRANCO DE SA SANTORO, após pedido de vista do processo de INDULTO NATALINO de RUBENS LEOCADIO DA SILVA, protocolado sob o nº 271/77 - Classe «A» - nº 48/77, votou pelo deferimento, e cujo resultado pelo indeferimento foi aprovado por maioria, sendo voto vencido, o Conselheiro acima citado. Apos o julgamento, os Conselheiros e Membros Informantes usaram da palavra, para transmitir a seus pares, votos de Feliz Natal e Próspero Ano Novo, extensivos aos familiares de cada um, e funcionários desta Casa. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão e, para constar, eu, Valtércio Magalhães Nogueira, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente

Sala das Sessões. 09 de dezembro de 1.977.

ABELARDO DA SILVA GOMES
Conselheiro Presidente.

ATA DA 213a. SESSAO ORDINARIA DO CONSELHO PENITENCIARIO DO DISTRITO FEDERAL.

Aos onze dias do mês de janeiro de mil novecentos e setenta e oito, às dezoito horas, no segundo andar do Edifício Venâncio IV, nesta Capital Federal, reuniu-se o Conselho Penitenciário do Distrito Federal, sob a presidência do Conselheiro Abelardo da Silva Gomes, presente os Senhores Conselheiros: Jofran Frejat, Miguel Jorge Sobrinho, Elísio Rodrigues de Araújo, Léia Esteves, Celso Franco de Sá Santoro, e os Membros Informantes do Centro de Internamento e Reeducação e Núcleo de Custódia de Brasília, respectivamente, os

Senhores Diretores: Doutor Evaldo Carneiro e José Idinei Costa. Ausentes Justificamente, os Conselheiros: Nelson Trancoso Meirelles, João Seabra da Silva, Eny Pinto de Castro e o Membro Informante do Núcleo de Custódia de Brasília Doutor Renan de Oliveira Duarte. Aberta a Sessão, foi lida a Ata da Sessão anterior que, em votação, foi aprovada por unanimidade. COMUNICAÇOES DIVERSAS: - O Membro Informante do Centro de Intérnamento e Reeducação comunicou que fez a entrega do ofício desta Casa, endereçado ao Conselheiro Eny Pinto de Castro, em seguida noticiou que um sentenciado foi contemplado com Bolsa de Estudos por correspondência, havendo ainda três (3) delas para serem distribuídas. DISTRIBUIÇAO DE PROTOCOLO: - Na forma regimental foi distribuído a Conselheira Léia Esteves o Processo de Indulto Natalino de MANOEL LUIZ VIEIRA, protocolado sob o nº 305/77 - Classe « A» nº 56/77. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão e, para constar, eu, Valtércio Magalhães Nogueira, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Sala das Sessões, 11 de janeiro de 1.978
ABELARDO DA SILVA GOMES
Conselheiro Presidente.

PORTARIA Nº 01 DE 19 DE JANEIRO DE 1978

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 7º, Capítulo II, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977.

R E S O L V E:

1º - Ficam destacados na forma dos quadros anexos, às Divisões de Cadastro Financeiro da Coordenação do Sistema de Pessoal e de Programação e Controle da Coordenação do Sistema de Material da Secretaria de Administração, os valores correspondentes aos elementos de despesa a serem empenhados no primeiro trimestre, por esses órgãos.

2º - Fica a Seção de Orçamento e Finanças deste Gabinete, autorizada a movimentar os valores correspondentes aos elementos de despesa constantes do quadro anexo.

Brasília, 19 de janeiro de 1978.

JORGE DA MOTTA E SILVA
CHEFE DO GABINETE CIVIL

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 01 DE 19 DE JANEIRO DE 1978

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: GABINETE DO GOVERNADOR
ÓRGÃO MOVIMENTADOR: DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL-SEA

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS	VALOR	TOTAL
GAG 2.003-Assessoramento Superior		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.773.000,00	5.773.000,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 01 DE 19 DE JANEIRO DE 1978

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: GABINETE DO GOVERNADOR
ÓRGÃO MOVIMENTADOR: SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DO GAG.

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS	VALOR	TOTAL
GAG 2.003-Assessoramento Superior		
3.1.3.2 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	2.000.000,00	
3.1.4.0 - ENCARGOS DIVERSOS	1.500.000,00	3.500.000,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 01 DE 19 DE JANEIRO DE 1978

UNIDADE ORCAMENTÁRIA: GABINETE DO GOVERNADOR
ÓRGÃO MOVIMENTADOR: DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL-SEA

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS	VALOR	TOTAL
GAG 2.003-Assessoramento Superior		
3.1.3.0 - MATERIAL DE CONSUMO	350.000,00	
4.1.3.0 - EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	250.000,00	
4.1.4.0 - MATERIAL PERMANENTE	100.000,00	700.000,00

Gabinete Civil

PORTARIA DE 17 DE JANEIRO DE 1978

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Autorizar TAQUEGI KORESSAWA, Superintendente da Administração das Unidades Desportivas do Distrito Federal, AUD, a viajar à cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 26 a 30 de janeiro do corrente ano, para participar, como observador, da Corrida Automobilística Internacional de Fórmula-1.

Distrito Federal, 17 de janeiro de 1978

JORGE DA MOTTA E SILVA
Chefe do Gabinete Civil

Gabinete Militar

PORTARIA DE 13 DE JANEIRO DE 1978

O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Autorizou VALDIR RODRIGUES GONÇALVES, 1º Tenente PM, matricula nº 18.898, a viajar à cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 16 a 18 de janeiro do corrente ano, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Brasília, 13 de janeiro de 1978
GUARACY DE LIMA FURTADO-Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar

PORTARIA DE 13 DE JANEIRO DE 1978

O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Autorizar ALFEU OSCAR BARCELOS DOMINGUES, Capitão PM, matrícula nº 18.381, a viajar à cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 16 a 18 de janeiro do corrente ano, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Brasília, 13 de janeiro de 1978

GUARACY DE LIMA FURTADO - Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar

PORTARIA DE 17 DE JANEIRO DE 1978

O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 3º, do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

Conceder ao servidor CLEMENTINO BATISTA VIEIRA, Motorista Oficial, Classe A, matrícula nº 1.290, no encargo de Auxiliar "C", do Gabinete do Governador do Distrito Federal, a gratificação pela representação de gabinete, no valor de Cr$ 900,00 (novecentos cruzeiros), prevista no inciso I, do § 2º, do artigo 1º, do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976.

Distrito Federal, 17 de janeiro de 1978

GUARACY DE LIMA FURTADO — Cel. PM

Chefe do Gabinete Militar

PORTARIA DE 17 DE JANEIRO DE 1978

O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 3º, do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

Conceder ao servidor AMYNTORIDES GESTA DE ANDRADE, Motorista Oficial, Classe B, matrícula nº 15.806, no encargo de Auxiliar « A», do Gabinete do Governador do Distrito Federal, a gratificação pela representação de gabinete, no valor de Cr$ 1.300,00 - (hum mil e trezentos cruzeiros), prevista no inciso I, § 2º, do artigo 1º, do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976.

Distrito Federal, 17 de janeiro de 1978

GUARACY DE LIMA FURTADO - Cel PM

Chefe do Gabinete Militar

SECRETARIA DO GOVERNO

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

Atos do Administrador

DESPACHO

Processo nº: 182.422/76
Interessado: COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES SANTOS LTDA
Assunto: Pagamento de fornecimento de Jornais

DESPACHO:

Face ao que consta do presente processo, RECONHEÇO A DIVIDA, no valor de Cr$ 372,00 (trezentos e setenta e dois cruzeiros), referente à Nota Fiscal nº 1090, em favor da firma COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES SANTOS LTDA, nos termos do inciso I, parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968.

Taguatinga-DF, 05 de janeiro de 1978
VITAL DE MORAES ANDRADE
Administrador Regional de Taguatinga

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA

Atos do Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE JANEIRO DE 1978

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, no uso da delegação de competência estabelecida no Inciso III, do Artigo 1º do Decreto nº 2.755, de 25 de outubro de 1974,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos da alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975, o servidor MANOEL PACHECO SOBRINHO, Trabalhador, nível 01, matrícula nº 1433, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir no período de 01/02/78 a 28/02/78, o Chefe da Seção de Administração de Sedes, símbolo FC-10, da Divisão de Administração Geral desta Administração Regional, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, por motivo de licença para Tratamento de Saúde do Titular.

Brazlândia-DF, 13 de janeiro de 1978.

ANTÔNIO NETO DE GODOI

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003/78-RA-V, DE 10 DE JANEIRO DE 1978.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe confere o ítem IV, do artigo 22 do Regimento da Administração Regional de Sobradinho, aprovado pelo Decreto nº 2.283, de 12 de junho de 1.973,

RESOLVE:

1ª - Excluir, MARIA MADALENA NOGUEIRA, Arquiteta da Fundação Educacional do Distrito Federal, da Comissão instituída pela Ordem de Serviço nº 027/77-RA-V.

2ª - Prorrogar, até 31 de janeiro de 1.978, o período de vigência da referida Ordem de Serviço.

Sobradinho, 10 de janeiro de 1.978.

MOISES SOARES CINTRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 04/78-RA-V, DE 10 DE JANEIRO DE 1978

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe confere o item IV, do artigo 22 do Regimento da Administração Regional de Sobradinho, aprovado pelo Decreto nº 2.283/73 e tendo em vista o disposto no inciso I, artigo 13 do Decreto nº 3.537/76,

RESOLVE:

Designar, LUIZ FRANCISCO PRATES LAFETÁ, Diretor da Divisão de Obras, para executor do ajuste firmado entre a Administração Regional de Sobradinho e a firma BRASÍLIA AJARDINAMENTO LTDA, para os serviços de urbanização dos trechos 01 e 03 da Rua 03 da Cidade Satélite de Sobradinho-DF.

Sobradinho, 10 de janeiro de 1978

MOISÉS SOARES CINTRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 05/78-RA-V, DE 10 DE JANEIRO DE 1978

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe confere o item IV, do artigo 22 do Regimento da Administração Regional de Sobradinho, aprovado pelo Decreto nº 2.283 de 12 de junho de 1973 e tendo em vista o que consta no processo nº 218539/77,

RESOLVE:

Autorizar, a firma BRASÍLIA AJARDINAMENTO LTDA, a dar início aos serviços de urbanização dos trechos 01 e 03 da Rua 03 da Cidade Satélite de Sobradinho-DF.

O prazo para execução dos serviços é de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da presente Ordem de Serviço.

Sobradinho, 10 de janeiro de 1978

MOISÉS SOARES CINTRA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

ATOS DO ADMINISTRADOR

DESPACHO

PROCESSO Nº: 238.629/77
INTERESSADO: Comércio e Representações Santos Ltda
ASSUNTO::: Realização de despesa com aquisição de Jornais e Revistas para a Administração Regional de Planaltina.

DESPACHO:

No uso da competência delegada pelo ítem I, do artigo 30, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira estabelecidas pelo Decreto nº 3.537, de 30 de dezembro de 1.976, combinado com o inciso I, § 3º do art. anteriormente referenciado e com o inciso II § 3º, do artigo 34, do mencionado diploma legal, autorizo a realização de despesa no valor de Cr$ 1.216 (HUM MIL, DUZENTOS E DEZESSEIS CRUZEIROS), para custear as despesas com aquisição de Jornais e Revistas para esta Administração Regional.

A DAG, para dar sequência ao processamento, com vista à efetivação da despesa.

PLANALTINA-DF, 29 DE DEZEMBRO DE 1.977.

WALFREDO DE FREITAS

ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO

Atos do Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JANEIRO DE 1978.

O ADMINISTRADOR DO SETOR RESIDENCIAL INDUSTRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o ítem III, do artigo nº 21, do Regimento da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento e tendo em vista o disposto no artigo 13, inciso I, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, estabelecidas pelo Decreto nº 3.537, de 30 de dezembro de 1.976,

RESOLVE:

DESIGNAR o Engenheiro OSMAR DE OLIVEIRA PINHEIRO, Diretor da Divisão de Obras, matrícula nº 19.111, para supervisionar a execução das obras de recuperação das instalações elétricas da firma VEW - Comércio Indústria e Instalações Ltda, de que trata o Convite Nº 38/77-ASRIA.

Brasília-DF, 11 de janeiro de 1.978.

Prof. OLYMPIO BARBOSA FILHO.

Administrador da SRIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JANEIRO DE 1978

O ADMINISTRADOR DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o item III, do artigo 21, do Regimento da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento e tendo em vista o disposto no artigo 13, Inciso I, das Normas e Execução Orçamentária e financeira, estabelecidas pelo Decreto nº 3.537, de 30 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR o Engenheiro PAULO RIOS TERRA DA SILVEIRA, Assistente Técnico, matrícula nº 19.274, para fiscalizar a execução das obras de recuperação das instalações elétricas da firma VEW - Comércio Indústria e Instalações LTDA., de que trata o Convite nº 38/77-ASRIA.

Brasília-DF, 11 de janeiro de 1978

Prof. OLYMPIO BARBOSA FILHO
Administrador do SRIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 19 DE JANEIRO DE 1978

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR ANTÔNIO CASTELO BRANCO, Diretor da Divisão de Divulgação da Secretaria de Administração do Distrito Federal, executor do contrato celebrado entre o Distrito Federal e a firma J. Câmara & Irmãos S/A, de acordo com a Cláusula Décima Segunda do referido instrumento, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, de 19 de janeiro de 1978.

Brasília, 19 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 18 DE JANEIRO DE 1978

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Autorizar JOAQUIM REGINALDO DIAS DA MATA, Assessor, Código DAS-102.2, matrícula nº 07.866 e BALTAZAR AMORIM DA SILVA, Assessor, Código DAS-102.1, matrícula nº 07.675, desta Secretaria, a viajarem à cidade de Salvador-Bahia, no período de 22 a 27 de janeiro de 1978, a fim, de participarem do II CICLO DE ESTUDOS E DEBATES SOBRE O ICM, que será realizado na referida Capital, sob o patrocínio do Ministério da Fazenda.

Distrito Federal, 18 de janeiro de 1978

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 001 DE 13 DE JANEIRO DE 1978

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 4.015, de 29.12.77,

RESOLVE:

1. Fica destacado à Divisão de Cadastro Financeiro da Coordenação do Sistema de Pessoal da SEA, o valor constante do Quadro I;

2. Ficam destacados à Divisão de Programação e Controle da Coordenação do Sistema de Material da Secretaria de Administração os valores constantes do Quadro II, e

3. Fica a Seção de Orçamento e Finanças da Divisão de Administração Geral desta Secretaria autorizada a movimentar os valores constantes dos Quadros III, IV, V, VI.

Distrito Federal, 13 de janeiro de 1978.

EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS
Secretário de Educação e Cultura
Substituto

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 001, DE 13 DE janeiro DE 1 978.

QUADRO I

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO MOVIMENTADOR: DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL - SEA

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS	VALOR	TOTAL
SEC - 2.036 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal	8.400.000,00	
Pessoal e Encargos Sociais	8.400.000,00	8.400.000,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 001 DE 13 DE janeiro DE 1 978.

QUADRO II

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO MOVIMENTADOR: DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL DA SEA

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS	VALOR	TOTAL
SEC - 2.036 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal	65.000,00	
3.1.2.0 - Material de Consumo	15.000,00	
4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações	15.000,00	
4.1.4.0 - Material Permanente	35.000,00	65.000,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 001 DE 13 DE janeiro DE 1 978.

QUADRO III

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO MOVIMENTADOR: SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - DAG/SEC

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS	VALOR	TOTAL
SEC - 2.036 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação e Cultura/DF	100.000,00	
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros	- -	
3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros	95.000,00	
3.1.4.0 - Encargos Diversos	5.000,00	100.000,00
SEC - 2.085 - Amortização de Empréstimos	3.300.000,00	
3.2.3.2 - Juros de Empréstimos	3.300.000,00	3.300.000,00
SEC - 1.074 - Reparo e Adaptação de Prédios Escolares de Primeiro Grau	2.000.000,00	
Capital	2.000.000,00	2.000.000,00
SEC - 1.077 - Programa Especial do Ensino Fundamental	1.700.000,00	
Capital	1.700.000,00	1.700.000,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 001, DE 13 DE janeiro DE 1 978.

QUADRO IV

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO MOVIMENTADOR: SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - DAG/SEC

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS	VALOR	TOTAL
SEC - 1.079 - Reparo e Adaptação de Prédios Escolares de Segundo Grau	539.000,00	
Capital	539.000,00	539.000,00
SEC - 1.080 - Reequipamento da Rede de Ensino de Segundo Grau		
Capital	-	
SEC - 1.081 - Distribuição da Merenda Escolar	5.500.000,00	
Outras despesas correntes	5.500.000,00	5.500.000,00
SEC - 1.150 - Construção, Ampliação, Complementação e Equipamento de Unidades Escolares de 1º Grau, na cidade Satélite de Ceilândia-DF	60.000.000,00	
Capital	60.000.000,00	60.000 .000,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 001, DE 13 DE janeiro DE 1 978.

QUADRO V.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO MOVIMENTADOR: SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - DAG/SEC

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS	VALOR	TOTAL
FCDF - 2.805 - Manutenção das Atividades da Fundação Cultural do Distrito Federal	2.901.000,00	
Pessoal e Encargos Sociais	2.566.000,00	
Outros Custeios	335.000,00	2.901.000,00
FCDF - 1.804 - Ampliação e Adaptação de Próprios da Fundação Cultural do Distrito Federal	250.000,00	
Capital	250.000,00	250.000,00
FCDF - 1.813 - Implementação do Centro de Criatividade	175.000,00	
Outros Custeios	150.000,00	
Capital	25.000,00	175.000,00
FCDF - 2.806 - Promoções Culturais	700.000,00	
Outros Custeios	700.000,00	700.000,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 001, DE 13 DE janeiro DE 1 978.

QUADRO VI

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal
ÓRGÃO MOVIMENTADOR: Seção de Orçamento e Finanças - DAG/SEC

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS	VALOR	TOTAL
FEDF - 2.802 - Manutenção das Atividades da Fundação Educacional do D. Federal	13.043.079,00	
Pessoal e Encargos Sociais	8.915.079,00	
Outros Custeios	3.909.000,00	13.043.079,00
Capital	219.000,00	
FEDF - 2.803 - Manutenção do Ensino de Primeiro Grau	171.493.921,00	
Pessoal e Encargos Sociais	171.493.921,00	171.493.921,00
FEDF - 2.804 - Manutenção do Ensino de 2º Grau	24.591.000,00	
Pessoal e Encargos Sociais	24.591.000,00	24.591.000,00
FEDF - 1.814 - Colônia de Férias	1.000.000,00	
Outros Custeios	1.000.000,00	1.000.000,00

DESPACHO

PROCESSO Nº: 032895/77-GDF
INTERESSADO: CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: Responde consulta sobre o problema das Ciências, no 1º Grau, tratadas metodologicamente no sistema de ensino, como área de estudos em que se englobam Matemática Ciências Físicas e Biológicas e Programas de Saúde.

HOMOLOGO, o Parecer nº 136/77-SEDF, de 21/12/77, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal em Sessão Plenária da mesma data, cuja conclusão é no sentido de que «a administração central do sistema de ensino no Distrito Federal reveja a orientação curricular no que concerne ao tratamento metodológico das matérias sob a modalidade de áreas de estudos, no 1º Grau, facultando-lhes, desde já, o registro da avaliação por disciplina, daquelas áreas de estudos que se desdobram, no processo ensino-aprensizagem.

E atribuição, igualmente, dos estabelecimentos de ensino privado, o tratamento metodológico de atividades, áreas de estudos ou disciplinas, a ser dado às matérias desdobradas do núcleo comum, respeitados os dispositivos legais».

Em 11/01/78

EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS
Secretário de Educação e Cultura
Substituto

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

ORDEM DE SERVIÇO DE 02 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução nº 01/77 do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do processo nº 435445/77-FEDF,

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Ordem de Serviço de 14/11/77 que designou MARIA JOSÉ ALVES, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "A", inscrição nº 94.094, para substituir nos seus impedimentos eventuais o Secretário da Escola Classe 12 do Gama do Complexo Escolar "A" - Gama do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal, símbolo EC-13.

Distrito Federal, 02 de janeiro de 1978.

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Departamento Geral de Administração
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DE 02 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução nº 01/77 do Diretor Executivo da FEDF e tendo em vista o que consta do processo nº 435301/77-FEDF,

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Ordem de Serviço de 23/05/77 que designou LUCIA IDALINA NARCISO SOARES, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", inscrição nº 92.320, para substituir nos seus impedimentos eventuais o Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau 03 de Sobradinho do Complexo Escolar "A" - Sobradinho do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal, símbolo EC-06.

Distrito Federal, 02 de janeiro de 1978

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Departamento Geral de Administração
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DE 02 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução nº 01/77 do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do processo nº 435662/77-FEDF,

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Ordem de Serviço de 12/05/77 que designou DANUZIA CAVALCANTE SILVEIRA, Professor do Ensino Elementar, matrícula nº 8103, para substituir eventualmente o Secretário do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal, símbolo EC-10.

Distrito Federal, 02 de janeiro de 1978.

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Departamento Geral de Administração
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DE 02 DE JANEIRO DE 1978.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência conferida pela Instrução nº 01/77, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do processo nº 435543/77-FEDF,

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Ordem de Serviço de 23/05/77 que designou VALDECI DE CASTRO LESSA, Professor do Ensino Elementar, Classe "B", inscrição nº 81.148, para substituir nos seus impedimentos eventuais o Secretário da Escola Classe 10 de Sobradinho do Complexo Escolar "A" - Sobradinho do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal, símbolo EC-13.

Distrito Federal, 02 de janeiro de 1978

NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA
Departamento Geral de Administração
Diretor

SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR
CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 01/78

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 191a. Sessão Extraordinária, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r" do artigo 14 do Estatuto da Entidade,

RESOLVE:

aprovar o Regulamento de Médicos Residentes da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, que a esta acompanha.

Brasília, 05 de janeiro de 1978

Newton Muylaert de Azevedo
Olympio Bandeira da Silva Cascaes
Paulo Argolo da Cruz Rios
Hurandir Mesquita Motta
José Affonso Monteiro de Barros Menusier
Nylson Araújo de Oliveira e Cruz

REGULAMENTO DE MÉDICOS RESIDENTES

TÍTULO I
DA FINALIDADE

Artº 1º - O presente Regulamento tem por finalidade disciplinar a seleção, admissão e atividades de médicos residentes no âmbito da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

TÍTULO II
DO CONCEITO

Artº 2º - Residência médica é uma modalidade de ensino de pós-graduação, "«seno lato»',desenvolvida sob a forma de estágio hospitalar supervisionado em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, visando a formação de especialistas.

TÍTULO III
DAS VAGAS

Artº 3º - O número de residentes a serem admitidos dependerá da capacidade de ensino dos diferentes programas oferecidos pela Fundação Hospitar do Distrito Federal - FHDF.

Parágrafo único - Compete ao Diretor-Presidente da FHDF fixar anualmente o número de vagas para cada ano de residência.

Artº 4º - O número de bolsas a ser oferecido pela Fundação está sujeito a disponibilidade orçamentária e à aprovação pelo Conselho Deliberativo da FHDF.

§ 1º - Quando o número de vagas for superior ao de bolsas oferecidas pela FHDF, as referidas vagas poderão ser preenchidas por candidatos aprovados no Concurso Público para Residência Médica, portadores de bolsas concedidas por outras Instituições ou recursos próprios.

§ 2º - Caberá ao Diretor de cada Hospital propor, em sua área, a distribuição de bolsas da FHDF, por especialidade, competindo à Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento-DSA, sua aprovação.

TÍTULO IV
DO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO
CAPÍTULO I
DO RECRUTAMENTO

Artº 5º - O preenchimento de vagas de médicos residentes, para o 1º ano, será feito mediante concurso público, realizado pela FHDF.

§ 1º - A critério da FHDF os concursos podem ser realizados no 2º e/ou 4º trimestres.

§ 2º - A aprovação em um concurso não terá validade para os concursos seguintes.

Artº 6º - Para se inscrever no concurso a que se refere o artigo anterior, é necessário que o candidato apresente diploma de médico, devidamente registrado, ou certificado de conclusão do curso médico, ou declaração com firma reconhecida, de estar cursando o último período do curso médico.

Parágrafo único - No ato da inscrição, o candidato deverá declarar, por escrito, a especialidade em que deseja cumprir a residência.

Artº 7º - O recrutamento de médicos residentes de outras instituições para cursar os 2º, 3º e/ou 4º ano, far-se-á entre os interessados que apresentarem:

a) requerimento;

b) declaração do período cumprido em estágio de residência medica, expedida pela autoridade competente;

c) documento fornecido pelo responsável da Residência frequentada, recomendando o candidato e encaminhando a avaliação do período cursado; e

d) CRM e cópia autenticada do diploma de médico.

CAPÍTULO II
DA SELEÇÃO

Artº 8º - O concurso público, para os candidatos ao 1º ano, constará de:

a) prova escrita;

b) entrevista e avaliação do «curriculum»'; e

c) avaliação do histórico escolar.

Parágrafo único - A prova escrita a que se refere este artigo, é de caráter eliminatório, sendo reprovado o candidato que não obtiver nota mínima de 60 (sessenta).

Artº 9º - Os critérios de avaliação, para o concurso público a que se refere o Art. 8º, serão os seguintes:

I - prova escrita:

Constará de conhecimentos gerais de Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia, valendo de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

II - Entrevista e avaliação do "curriculum":

a) A entrevista versará sobre os conhecimentos profissionais, experiência e características do candidato;

b) a avaliação do "curriculum", será de acordo com os valores atribuidos pela Tabela Ponderal da FHDF;

c) a entrevista, e a avaliação do "curriculum", valerão de 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos cada, devendo as notas serem somadas e divididas por dois, prevalecendo somente a média como nota.

III - Avaliação do histórico escolar:

Constará da avaliação das mensões ou notas obtidas pelo aluno durante o curso médico, valendo de 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos.

§ 1º - A nota final do candidato será o resultado da soma das notas da prova escrita, da entrevista e avaliação do "curriculum" e da avaliação do histórico escolar, dividido por 2 (dois).

§ 2º - Será considerado aprovado o candidato que obtiver a média final igual ou superior a 60 (sessenta).

§ 3º - Em caso de empate, terá preferência, sucessivamente, o candidato que;

a) estiver completando o internato na FHDF

b) obtiver maior nota na prova escrita;

c) for mais idoso; e

d) possuir maior número de dependentes.

Art. 10 - A seleção dos candidatos ao 2º, 3º ou 4º ano de residência médica, será feita pela avaliação dos documentos exigidos no Artº 7º.

Parágrafo único - Em caso de empate, será classificado o candidato que;
a) for mais idoso; e
b) possuir maior número de dependentes
Artº 11 - As Bancas Examinadoras serão indicadas pela DSA ao Departamento de Recursos Humanos — DRH, e designadas pelo Diretor-Presidente, devendo ser constituídas preferencialmente por representntes das áreas que tenham programas de Residência.

TÍTULO V
DA ADMISSÃO

Artº 12 - A admissão do médico residente processar-se-á na 1ª semana de janeiro ou julho, de conformidade com a realização do concurso, se no 4º ou 2º trimestre, respectivamente;
Parágrafo único - A admissão de candidatos que ainda cursavam o último período de medicina à época da inscrição no concurso fica condicionada à apresentação do certificado de aprovação final no curso.
Artº 13 - A admissão do Médico-Residente fica também condicionada à apresentação de atestado de sanidade física e mental, acompanhado de radiografia do tórax e exame de urina.

TÍTULO VI
DA ORGANIZAÇÃO

Artº 14 - O sistema de Residência-Médica da FHDF será organizado, coordenado e supervisionado pela DSA.
Artº 15 - A FHDF oferecerá residência médica nos Hospitais que dispuserem, basicamente, de;
a) Patologia Clínica;
b) Radiologia;
c) Anatomia Patológica;
d) Banco de Sangue;
e) Arquivo Médico; e
f) Biblioteca.
Artº 16 - Compete às Seções de Seleção e Treinamento de Pessoal - SSTP dos Hospitais, apresentarem à Seção de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — SSAPNS, da DSA:
a) Até o dia 30 de julho;
- programação e respectivo calendário das atividades para o ano seguinte: e
- rotinas internas dos residentes.
b) até o dia 30 de dezembro:
- avaliação das atividades de Residência Médica
c) trimestralmente:
- avaliação dos residentes.
Artº 17 - A SSAPNS revisará anualmente os programas de treinamento e as rotinas internas da residência médica.
Artº 18 - A execução de cada programa será coordenada pelo Chefe da respectiva Unidade Médica ou por alguém por ele indicado.

TÍTULO VII
DO PROGRAMA

Artº 19 - A residência médica terá duração de dois anos, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, com o mínimo de 1.800 (mil e oitocentas) horas anuais de atividades.
Parágrafo único - O terceiro ou quarto ano de residência será concedido para:
a) permitir ao residente completar ou elaborar trabalho de investigação;
b) possibilitar ao residente completar seu treinamento em especialidade.
Artº 20 - As escalas de atividades ficarão a critério da coordenação do programa em cada Unidade Médica.
§ 1º - Além do treinamento em serviço, os programas da Residência compreenderão um mínimo de quatro horas semanais de atividades sob a forma de sessões de atualização, seminários, correlações clínico-patológicas e outras, sempre com a participação ativa dos residentes.
§ 2º - É assegurado ao Residente um dia de repouso por semana.

TÍTULO VIII
DOS DIREITOS E DEVERES DO MÉDICO-RESIDENTE

CAPÍTULO I
DOS DIREITOS

Artº 21 - São direitos do médico residente:
a) auxílio financeiro sob a forma de Bolsa, exceto no caso previsto no § 1º do artigo 4º, cujo valor será anualmente proposto pela Administração Central da FHDF e fixado pelo Conselho Deliberativo,
b) recesso de 20 dias consecutivos após cada ano de atividade;
c) refeições gratuitas;
d) tratamento médico nos hospitais da FHDF;
e) acesso às instalações da FHDF;
f) licença para tratamento de saúde;
g) licença para o trato de interesse particular, até o máximo 5 dias durante o semestre;
h) certificado de aproveitamento ao término da residência;
i) declaração de frequência em caso de desligamento por motivos não disciplinares ou de falta de aproveitamento, após haver cumprido pelo menos 1 (um) ano de residência; e
j) alojamento, quando bolsista da FHDF.
§ 1º - As licenças concedidas, serão descontadas do recesso, e as que o ultrapassarem serão compensadas no final do programa de residência, não havendo pagamento de bolsa nesse período.
§ 2º - O certificado de que trata a letra "h" deverá conter o histórico das atividades exercidas durante o estágio de residência.
§ 3º - Os direitos do médico residente não se estendem a seu cônjunge.
Artº 22 - O médico residente poderá, anualmente, quando autorizado pelo Diretor do Hospital, comparecer ao Congresso Nacional da sua especialidade e ao Congresso da Associação Nacional de Médicos-Residentes - ANMR, desde que, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, requeira permissão a SSTP, através do Chefe da Unidade Médica.
Médica..
Parágrafo único - Terão prioridade para comparecer a Congresso Médicos, os residentes que apresentarem trabalhos científicos e, no caso de vários autores, apenas um de seus co-autores.

CAPÍTULO II
DOS DEVERES

Art. 23 - São deveres do médico residente:
a) cumprir os regulamentos e normas da FHDF e das Unidades Executivas de Saúde;
b) participar das atividades programadas;
c) apresentar-se com o uniforme determinado portando a plaqueta de identificação
d) solicitar autorização da Chefia da sua Unidade sempre que necessitar ausentar-se em horário de atividades;
e) fazer as anotações nos prontuários de modo legível e compreensível datá-las, assiná-las e carimbá-las;
f) zelar pelo material e responsabilizar-se pelos danos causados, por imperícia, imprudência ou negligência;
g) levar ao conhecimento do coordenador do Programa as irregularidades que observar;
h) manter atitude de cortesia, respeito, educação e ética;
i) auxiliar na orientação do pessoal para-médico;
j) apresentar, até 7 (sete) dias após o retorno, o certificado de frequência ao Congresso Médico a que tenha comparecido, devendo expor em reunião os trabalhos observados; e
l) colaborar nas atividades e programas didáticos.
Art. 24 - É vedado ao médico residente:
a) prestar informações ou assinar documentos sobre assuntos fora de sua competência:
b) usar indevidamente ou em proveito próprio, as instalações e materiais da FHDF;
c) faltar sem consentimento prévio e/ou motivo justificado;
d) ausentar-se do Hospital nos horários de atividades sem prévia autorização da Chefia da Unidade Médica;
e) receber remuneração a qualquer título;
f) utilizar material e documentação médica de propriedade da FHDF, sem prévia autorização escrita, do Chefe da Unidade.
Parágrafo único - O não cumprimento comprovado de qualquer das alíneas deste artigo resultará no desligamento do Residente.

CAPITULO III
DOS REPRESENTANTES DOS MÉDICOS RESIDENTES

Artº 25 - Anualmente, na segunda quinzena de novembro, os médicos residentes, de cada Hospital e de cada Unidade Médica, elegerão seus representante e respectivos substitutos mediante chapas previamente apresentadas à SSTP, aprovadas pelo Diretor do Hospital, e amplamente divulgadas.
Parágrafo único - Os Chefes da SSTP presidirão às eleições.
Artº 26 - São atribuições do representante dos médicos residentes do Hospital:
a) participar das reuniões da SSTP e da Unidade respectiva, quando convocado;
b) cumprir e fazer cumprir o Regimento da FHDF, o presente Regulamento, Normas e Rotinas;
c) dar conhecimento aos demais médicos residentes, das normas e rotinas de interesse da área.
d) comunicar irregularidades à SSTP e sugerir soluções
e) organizar comissão para recepção e apresentação de novos médicos residentes e promover para os mesmos palestras sobre regimentos, regulamentos, normas e rotinas;
f) preservar a ordem, a disciplina e a boa aparência do alojamento e demais dependências da FHDF;
g) solicitar reuniões à SSTP e convocar reuniões de residentes; e
h) coordenar as atividades dos representantes das Unidades Médicas.

Artº 27 - Aos representantes dos médicos residentes das Unidades Médicas, compete:
a) cumprir e fazer cumprir as rotinas baixadas pela SSTP e pela Chefia da Unidade Médica:
b) elaborar e propor ao Chefe da Unidade Médica a escala de atividades mensais;
c) zelar pela manutenção da ordem e da disciplina;
d) orientar os novos internos e médicos residentes sobre as rotinas da Unidade Médica; e
e) comunicar ao representante dos médicos residentes do Hospital, problemas, irregularidades, e sugerir soluções.

TÍTULO IX
DA AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO

CAPÍTULO I
DA AVALIAÇÃO DO RESIDENTE

Artº 28 - A avaliação do Residente será em função do comportamento e nível de conhecimentos, com nota de 0 (zero) a 100 (cem), e registrada em ficha própria adotada pela DSA.
Artº 29 - A avaliação será trimestral e as notas enviadas à DSA através da SSTP dos Hospitais.

CAPÍTULO II
DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Artº 30 - Os programas de residência serão avaliados anualmente, por uma comissão de 5 (cinco) membros proposta pela DSA ao DRH, e designada pelo Diretor-Presidente.

CAPÍTULO III
DA APROVAÇÃO

Artº 31 - Para ser aprovado em cada área de atividade do programa, o Residente deverá ter nota igual ou superir a 60 (sessenta).
Parágrafo único - A avaliação de que trata este artigo, será a nota ou a média aritimética das notas obtidas no comportamento e na avaliação do nível de conhecimentos.
Artº 32 - Ao final de cada semestre do estágio é considerado aprovado o Residente que obtiver no mínimo nota 60 (sessenta) em cada uma das atividades da área.
Parágrafo único - A não obtenção da nota de que trata este artigo implicará em desligamento.

CAPÍTULO IV
DO CERTIFICADO

Artº 33 - Ao término da Residência Médica, todos os aprovados farão jús ao certificado de conclusão, que será elaborado pela DSA e expedido pela FHDF

Parágrafo único - A nota de aprovação do candidato será transformada em mensão, para constar no certificado.

TÍTULO X
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artº 34 - Os médicos residentes são administrativamente subordinados à respectiva SSTP ou equivalente, e tecnicamente ao Coordenador respectivo.

Artº 35 - Implicam em desligamento da residência, além dos referidos no parágrafo único do artigo 24 e no parágrafo único do artigo 32, os seguintes motivos:

a) desrespeito ao presente regulamento;
b) inassiduidade;
c) indisciplina e
d) infração à ética.

Artº 36 - A FHDF não alojará o cônjuge do médico residente.

Artº 37 - A DSA encaminhará ao DRH, ao início de cada período de residência, a relação dos médicos residentes para fins de controle.

Artº 38 - A frequência do médico será controlada pelo SSTP do Hospital respectivo.

Artº 39 - A SSAPNS apresentará à DSA, até 31 de janeiro de cada ano, o relatório das atividades realizadas no ano anterior bem como a programação do ano seguinte.

Artº 40 - Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Diretor Presidente da FHDF.

Artº 41 - Revogam-se às disposições em contrário.

DECISÃO Nº 01/78

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 528ª Sessão Ordinária, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "j" do artigo 14 do Estatuto da Entidade,

DECIDE:

autorizar o Diretor-Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, uma vez cumpridas as formalidades legais, a celebrar contrato com a firma Orsa Maggiore S/A - Instalações Técnicas e Especializadas para prestação de assistência técnica, e manutenção ao sistema de ar condicionado do Pronto Socorro do Hospital de Base do Distrito Federal, na forma constante do Processo nº 470.562/77-FHDF.

Brasília, 02 de janeiro de 1977

HURANDIR MESQUITA MOTTA
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS
NYLSON ARAÚJO DE OLIVEIRA E CRUZ
OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES

DECISÃO Nº 02/78.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em em sua 528ª. Sessão Ordinária, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "J" do artigo 14 do Estatuto da Entidade,

DECIDE:

AUTORIZAR O Diretor-Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, uma vez cumpridas as formalidades legais, a celebrar contrato com a firma CEBEC S/A - Engenharia e Indústria, para prestação de assistência técnica e manutenção preventiva aos equipamentos de ar condicionado e exaustão dos Hospitais Regionais da Asa Sul e Taguatinga, na forma constante do Processo nº 471.046/77 - FHDF.

Brasília, 02 de janeiro de 1978

HURANDIR MESQUITA MOTTA
NYLSON ARAÚJO DE OLIVEIRA E CRUZ
PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES

DECISÃO Nº 03/78

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 191ª. Sessão Extraordinária, no uso das atribuições que lhe confere as alíneas « i» e « j» do artigo 14 do Estatuto da Entidade,

DECIDE:

Autorizar o Diretor-Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a assinar com a firma SIEMENS AKTIENGESELSCHAFT, BEREICH MEDIZINISCH TECHNIK de Erlanger, Alemanha, com a interveniência do Ministério da Saúde e do Banco Central, o contrato objeto do Processo nº 470.905/77, cumpridas as formalidades legais, inclusive o que prescreve o Decreto nº 74.157/77,

Brasília, 05 de janeiro de 1978

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO
OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES
PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS
HURANDIR MESQUITA MOTTA
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
NYLSON ARAÚJO DE OLIVEIRA E CRUZ

DECISÃO Nº 04/78

CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 529ª Sessão Ordinária, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r" do Artigo 14 do Estatuto da Entidade,

DECIDE:

Autorizar o Diretor-Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, uma vez observadas as disposições legais que regem a matéria, a doar à Prefeitura Municipal de Centralina-MG, para a Unidade Sanitária daquela cidade, o material e equipamentos considerados inservíveis, relacionados de folhas 55 a 69 do Processo nº 469.795/77-FHDF.

Brasília, 10 de janeiro de 1978

NEWTON MUYLAERTE DE AZEVEDO
NYLSON ARAÚJO DE OLIVEIRA E CRUZ
PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS
HURANDIR MESQUITA MOTTA
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES

Ata 191ª Sessão Extraordinária do Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e oito, às dezessete horas, no oitavo andar do Edifício Sarah Kubitschek, à superquadra cento e um, em Brasília, reuniu-se em Sessão Extraordinária o Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, sob a Presidência do Dr. Newton Muylaert de Azevedo, mui digno Secretário de Saúde e com a presença dos Conselheiros Paulo Argolo da Cruz Rios, Diretor-Presidente da FHDF, Hurandir Mesquita Motta, José Affonso Monteiro de Barros Menusier, Nylson Araujo de Oliveira e Cruz e Olympio Bandeira da Silva Cascaes, Suplente. Presente também à reunião a Sra. Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho. Assumindo a direção da Mesa dá o Sr. Presidente como abertos os trabalhos solicitando a leitura da ata da reunião anterior (528a. Sessão Ordinária). Já conhecedores de seu inteiro teor e apoiados no parágrafo único do Artigo 14 do Regimento Interno deste Colegiado, pedem os Senhores Conselheiros a dispensa de sua leitura no que são atendidos. Posta em discussão a ata em questão e em seguida em votação é esta aprovada por unanimidade. Determinada a leitura do Expediente e Comunicações, como nada houvesse nesse sentido, passa o Sr. Presidente à apreciação dos assuntos inscritos na pauta como segue: Item 1) — Processo nº 470.905/77-FHDF — Projeto de atualização do Parque de Equipamentos Médico-hospitalares da FHDF. Relator, Conselheiro Olympio Bandeira da Silva Cascaes. Cedida ao mesmo a palavra faz este a leitura de seu extenso e substancioso Relatório, uma descrição detalhada de todo o tramite do processado, especificando o material a ser adquirido, seu preço e demais despesas, citando o despacho do Diretor-Presidente da FHDF às folhas 336 dos autos, favorável à realização da operação na forma proposta por ser a mesma do maior interesse para a FHDF. Finalmente, passa o Conselheiro Relator à leitura de seu Parecer no qual, a vista do exposto e do que lhe fora dado examinar, opina por que se conceda ao Diretor-Presidente da FHDF, autorização para firmar o contrato pretendido Posta em discussão a matéria, e em seguida em votação, o Conselho Deliberativo, por unanimidade, no uso das atribuições que lhe confere as letras "i" E "j" do Estatuto da Entidade, "DECIDE: autorizar o Diretor-Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal a assinar, com a firma SIEMENS AKTIENGESELSCHAFT, BEREICH MEDIZINISCHE TECHINIK, de Erlanger, Alemanha, com interveniência do Ministério da Saúde e do Banco Central, o contrato objeto do Processo nº 470.905/77, cumpridas as formalidades legais, inclusive o que prescreve o Decreto nº 74.157/77". — Item 2) — Processo nº 469.959/77-FHDF — Regulamento dos Médicos Residentes. Relator, Conselheiro Olympio Bandeira da Silva Cascaes. Ainda com a palavra diz o ilustre Relator ter tido oportunidade de examinar o Regulamento em tela após redatilografado, tendo encontrado alguns pequenos senões que foram, prontamente, corrigidos. Indaga em seguida ao Sr. Presidente se deseja que releia, mais uma vez, o diploma em pauta. Achando este desnecessária a leitura e sendo seus pares da mesma opinião, põe o Sr. Presidente em discussão a matéria e em seguda em votação. Aprovado por unanimidade, o Conselho Deliberativo, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r" do artigo 14 do Estatuto da Entidade, "RESOLVE — aprovar o Regulamento de Médicos Residentes da Fundação Hospitalar do Distrito Federal que a esta acompanha». Constando da pauta para distribuição o Processo nº 469.795/77-FHDF — Doação de equipamentos à Prefeitura Municipal de Centralina, houve por bem o Sr. Presidente designar Relator do mesmo o Conselheiro Nylson Araujo de Oliveira e Cruz. As 18h20, dá o Sr. Presidente como concluídos os trabalhos dos mesmos sendo lavrada esta ata que será lida no próximo encontro e, se achada conforme, aprovada e assinada por todos os apresentes sendo por mim., Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho, encerrada.

Brasília, 05 de janeiro de 1978

Newton Muylaert de Azevedo; Paulo Argolo da Cruz Rios; Hurandir Mesquita Motta; José Affonso M.B.Menusier; Nylson Araujo de Oliveira e Cruz; Olympio Bandeira da Silva Cascaes; Gioconda Real.

Ata da 528ª Sessão Ordinária do Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal

Aos dois dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e oito, às 17 horas, no oitavo andar do Edifício Sarah Kubitschek, à superquadra cento e um, em Brasília, reuniu-se em Sessão Ordinária o Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal. Com fulcro no artigo 10 do Estatuto da Entidade, assume a Presidência o Conselheiro Hurandir Mesquita Motta, substituto eventual do Dr. Newton Muylaert de Azevedo, mui digno Secretário de Saúde e Presidente nato deste Conselho. Presentes à reunião os Conselheiros Paulo Argolo da Cruz Rios, Diretor Presidente da FHDF, José Affonso Monteiro de Barros Menusier, Nylson Araujo de Oliveira e Cruz, Olympio Bandeira da Silva Cascaes, Suplente, e a Srª Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho. Verificada a existência de "quorum" dá o Sr. Presidente como abertos os trabalhos, solicitando a leitura da ata da reunião anterior (190ª Sessão Extraordinária). Já conhecedores de seu inteiro teor e apoiados no artigo 14 do Regimento Interno deste Colegiado, pedem os Senhores Conselheiros a dispensa de sua leitura no que são atendidos. Posta em discussão a ata em questão e em seguida em votação, é esta aprovada por unanimidade. Determinada a leitura do Expediente e Comunicações, como nada houvesse nesse sentido, passa o Sr. Presidente à apreciação da matéria inscrita na Ordem do Dia. Item 1) — Processo nº 470.562/77-FHDF — Contrato com ORSA MAGGIORE S.A. — Manutenção e assistência técnica ao sistema de ar condicionado do Pronto Socorro do Hospital de Base do Distrito Federal. Relator, Conselheiro José Affonso Monteiro de Barros Menusier. Cedida ao mesmo a palavra procede este a leitura de seu bem fundamentado Relatório, uma exposição clara e precisa de todo o tramite do processado, passando em seguida a de seu Parecer no qual diz encontrar-se o processo perfeitamente instruído, tendo sido atendidos todos os

requisitos necessários à autorização pleiteada. Assim, à vista do exposto e do que lhe fora dado examinar dos autos, é por que se autorize o Diretor-Presidente da FHDF a firmar o contrato pretendido. Posta em discussão a matéria e em seguida em votação o Conselho Deliberativo, por unanimidade, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "j" do artigo 14 do Estatuto da Entidade, "DECIDE — autorizar o Diretor-Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, uma vez cumpridas as formalidades legais, a celebrar contrato com a firma ORSA MAGGIORE S.A., Instalações Técnicas e Especializadas, para prestação de assistência técnica e manutenção ao sistema de ar condicionado do Pronto Socorro do Hospital de Base do Distrito Federal, na forma constante do Processo nº 470.562/77-FHDF." Item 2) Processo nº 471.013/77-FHDF — Plano de Ação da FHDF para o exercício de 1978. Sendo, também, Relator deste Processo o Conselheiro José Affonso Monteiro de Barros Menusier, permanece este com a palavra examinando em detalhe as três partes de que compõe o Plano de Ação da FHDF, a saber: Orçamento aprovado; Programa de Trabalho — e — Orçamento previsto. Analisados em minúcia esses três elementos, tece o ilustre Conselheiro considerações a respeito, concluindo por pedir baixa do processo a fim de que a Administração providencie a reformulação do Programa de Trabalho, de modo a compatibilizá-lo com o orçamento de 1978, recomendando à Administração, novas reformulações à medida que surgirem as necessárias suplementações. Entregue o processo ao Sr. Presidente, passa-o este à Chefe da Secretaria deste Conselho para o devido encaminhamento. — Item 3) — Processo nº 471.046/77-FHDF — CEBEC S.A. Contrato de assistência técnica e manutenção preventiva aos equipamentos de ar condicionado e exaustão do Hospital Regional da Asa Sul e Hospital Regional de Taguatinga — Relator, Conselheiro Nylson Araujo de Oliveira e Cruz. Cedida ao mesmo a palavra procede este à leitura de seu Relatório, uma rápida descrição do trâmite do processado citando a fixação dos valores mensais pelos serviços a serem prestados pela CEBEC S.A. aos referidos Hospitais, esclarecendo ter o Diretor-Presidente da FHDF, dispensado a licitação em favor da citada firma, apoiado na alínea "e", Inciso I, Artigo 3º do Decreto nº 1.703/71, combinado com o parágrafo 3º, Inciso I, Artigo 3º do Decreto nº 03.537/76. Passa em seguida à leitura de seu Parecer no qual, à vista do exposto e do contido nos autos, é por que se autorize o Diretor-Presidente da FHDF a firmar o contrato pretendido. Posta em discussão a matéria, e em seguida em votação, o Conselho Deliberativo, por unanimidade, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "j" do Artigo 14 do Estatuto da Entidade "DECIDE: — autorizar o Diretor-Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, uma vez cumpridas as formalidades legais, a celebrar contrato com a firma CEBEC S/A — Engenharia e Indústria, para prestação de assistência técnica e manutenção preventiva aos equipamentos de ar condicionado e exaustão dos Hospitais Regionais da Asa Sul e Taguatinga, na forma constante do Processo nº 471.046/77-FHDF." Esgotada a pauta, consulta o Sr. Presidente seus pares sobre a possibilidade de ser realizada 5ª feira, dia 5 às 17 horas, uma reunião extraordinária para apreciação dos assuntos mais urgentes. Acordes os Senhores Conselheiros ficam estes, desde logo, convocados para o dia e hora aprazados. Às 18h40, dá o Sr. Presidente como concluídos os trabalhos dos mesmos sendo lavrada esta ata que será lida no próximo encontro e, se achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes sendo por mim, Gioconda Real, Chefe da Secretaria deste Conselho, encerrada.

Brasília, 02 de janeiro de 1978 - Hurandir Mesquita Motta, Presidente em exercício; Paulo Argolo da Cruz Rios, José Affonso M. B. Menusier, Nylson Araujo de Oliveira e Cruz, Olympio Bandeira da S. Cascaes, Gioconda Real.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA SVO, DE 17 DE JANEIRO DE 1978

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, do artigo 61, do Regimento aprovado através do Decreto nº 3286, de 16 de junho de 1976 e face ao disposto no Decreto nº 2951, de 22 de julho de 1975,

RESOLVE:

Designar o Arquiteto EDUARDO JOBIM, Código NS-711.7, Classe "C", Assessor Código DAS-102.2, para substituir o Diretor do Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Secretaria de Viação e Obras, Código DAS-101.2, Arquiteto PAULO DE PAIVA FONSECA, durante as férias regulamentares do titular, no período de 23.01 a 21.02.78, sem prejuízo da função que exerce neste Gabinete.

Distrito Federal, em 17 de janeiro de 1978

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Secretário de Viação e Obras

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

Atos do Diretor

INSTRUÇAO DE SERVIÇO Nº 07 DE 13 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuisões que lhe confere o Item XVII, do Artigo 44, do Regimento aprovado pelo Decreto 3.078, de 03 de dezembro de 1975 e, tendo em vista o constante do Processo nº 415.047/78.

RESOLVE

Rescindir, a pedido, com dispensa de aviso prévio, o contrato de trabalho com o empregado MARIANO XAVIER SILVA, trabalhador, nível EP-01, matrícula 92.797, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal/DER-DF, a partir do dia 12/01/78.

Brasília-DF, 13 de janeiro de 1978.

Engº ARINO OTON DE LIMA
Diretor-Geral do DER-DF

JUNTA DE CONTROLE DO DER-DF

ATA DA 971ª REUNIÃO DA JUNTA DE CONTROLE DO DER/DF

Aos 10.01.78, na sala de reuniões, na sede do DER/DF, às 14:30 horas, iniciou-se a 971ª Reunião da Junta de Controle do DER/DF, sob a Presidência do Sr. Diogo Rodrigues Borges, presentes os senhores Membros José Welington do Amaral Brito e Delcídio Gomes de Almeida, Suplente. Aberta a reunião o Sr. Presidente determinou que se procedesse à leitura da Ata da reunião anterior que, posta em discussão, foi aprovada. Após os exames de praxe, a Junta determinou o registro em livro próprio do Contrato nº 42/77, celebrado entre o DER/DF e a firma Urbrás Urbanização e Premoldados Ltda. e os Termos Aditivos aos Contratos nºs 22/76 e 16/77, celebrados entre o DER/DF e as firmas Irfasa S/A - Construções, Indústria e Comércio e Azevedo & Travassos S/A — Engenharia, Construções e Comércio. Prosseguindo, foram apresentados para exames os seguintes processos: 01703/76, 02218/76, 415805/77, 415965/77, 416763/77, 416960/77, 417053/77, 417338/77, 417356/77, 417369/77, 417385/77, 417529/77, 417588/77, 417643/77, 417657/77, 417667/77, 417693/77, 417705/77, 417721/77, 417773/77, 417782/77, 417791/77, 417792/77, 417798/77, 417858/77, 417870/77, 417895/77, 417899/77, 417901/77, 417907/77, 417915/77, 417924/77, 417930/77, 417937/77, 417944/77; que depois de examinados e considerados certos, tiveram encaminhamentos de rotina. Às 16:30 horas, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, João Zacarias Torres Cuoco Secretário, lavrei a presente Ata que será submetida à aprovação na próxima reunião ordinária, e, quando aprovada, assinada pelo Sr. Presidente, por mim que a secretariei e pelos Senhores Membros presentes à mesma.

Presidente: DIOGO RODRIGUES BORGES — SVO; Secretário: JOÃO ZACARIAS TORRES CUOCO; Membro: JOSÉ WELINGTON DO AMARAL BRITO — SEF; Membro Suplente: DELCÍDIO GOMES DE ALMEIDA — SEG

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA da milésima octogésima primeira reunião do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, sob a Presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, Engenheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES.

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de mil novecentos e setenta e sete, na sala de reuniões, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, realizou-se a 1.181ª reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, Engenheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, com a presença dos Senhores Conselheiros MAURO DE ALENCAR FECURY, Diretor Superintendente da Companhia e Membro Nato do Conselho de Administração, INÁCIO DE LIMA FERREIRA, JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO, FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO e RENOR SANT'ANNA. Estiveram também presentes à reunião o Senhor Consultor Jurídico, Doutor DARIO DÉLIO CARDOSO e a Secretária que esta subscreve. Aberta a sessão, o Senhor Presidente procedeu a distribuição dos processos constantes da pauta aos Senhores Conselheiros para relato, determinando a seguir, a leitura da Ata da reunião anterior, que lida, foi aprovada pelos presentes. Dando início ao exame dos assuntos, o Senhor Presidente condedeu a palavra ao Conselheiro INÁCIO DE LIMA FERREIRA, que relatou os seguintes processos: 01) - Nº 657.528/77, referente ao termo de aditamento ao convênio celebrado em 29 de setembro de 1976, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção dos PAVILHÕES DE COMANDO E RANCHO e conclusão do GINÁSIO DE ESPORTES DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de termo de aditamento ao convênio firmado em 29 de setembro de 1976, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção dos PAVILHÕES DE COMANDO E RANCHO e conclusão do Ginásio de Esportes da Polícia Militar do Distrito Federal, visando ampliar o seu objeto, com a inclusão da construção do Alojamento do Batalhão de Guarda da Polícia Militar do Distrito Federal e suplementar o seu valor em mais Cr$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros), na forma da minuta de fls. 02. A taxa de administração incidente sobre o convênio em questão é de 3%." 02) Nº 657.463/77, em que o TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, solicita dispensa de licitação e aditamento do contrato nº 142/77 assinado com a firma ZANINI E SANTOS LTDA., para reformas no Eidfício Sede do TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, em Brasília. A decisão foi proferida nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, RESOLVE: a) - dispensar a licitação com amparo na letra "h" do art. 3º da Resolução nº 084/76-CA; b) - adjudicar a firma ZANINI E SANTOS LTDA., os serviços extras, constantes de fls. 03/21, no valor de Cr$ 931.344,30 (novecentos e trinta e hum mil, trezentos e quarenta e quatro cruzeiros e trinta centavos) relativos a serviços complementares a serem executados no Ed. Sede do TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS. c) - aditar em valor o contrato nº 142/77 firmado com a firma ZANINI E SANTOS LTDA., para incluir nos mesmos os serviços complementares em referência." 03) - Nº. 657.530/77, referente ao convênio a ser firmado entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de ampliação e reforma do prédio destinado ao CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL, no GAMA. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza à efetivação de convênio entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de ampliação e reforma do prédio destinado ao CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL no GAMA, dando-se ao mesmo o valor de Cr$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros), prazo de execução de 12 meses e fixando o valor da taxa de administração em 5%, na forma da minuta de fls. 2 e 3." Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO, que relatou os processos a seguir enumerados: 04) -

Nº 657.380/77, referente ao termo de aditamento ao convênio celebrado em 31 de dezembro de 1976, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, da execução das obras de construção do CENTRO DE INTERNAMENTO E REEDUCAÇÃO DA PENITENCIÁRIA DE BRASÍLIA. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de termo de aditamento ao convênio firmado em 31 de dezembro de 1976, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, da execução das obras de construção do CENTRO DE INTERNAMENTO E REEDUCAÇÃO DA PENITENCIÁRIA DE BRASÍLIA, visando suplementar o seu valor em mais Cr$ 14.863.698,00 (quatorze milhões, oitocentos e sessenta e três mil, seiscentos e noventa e oito cruzeiros), na forma da minuta de fls. 5 a 7. A taxa de administração incidente sobre o convênio em questão é de 10%." 05) - Nº 656.287/77, em que a INDÚSTRIAS VILLARES S/A - solicita prorrogação de prazo do contrato nº 161/76, para fornecimento e montagem de 11 elevadores para os Edifícios do DEPARTAMENTO DE EMPRESA NACIONAL, em Brasília-DF. A decisão foi prolatada nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, considerando a letra b, parágrafo segundo da cláusula quinta do contrato nº 161/76, autoriza a prorrogação do prazo do contrato nº 161/76, firmado com a INDÚSTRIAS VILLARES S/A, para fornecimento e montagem de 11 (onze) elevadores para os Edifício do DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL, em Brasília, para: a) - quatro (4) elevadores de passageiros do bloco de administração montados e regulados até 30.11.77; b) - dois (2) elevadores de passageiros do bloco de administração montados e regulados até 20.12.77; c) - três (3) elevadores de passageiros e um (1) de carga do bloco de oficinas montados até 30.01.78 e regulados até 20.02.78; d) - um (1) elevador de carga do bloco das oficinas montado e regulado até 28.02.78." 06) - Nº 654.138/77, concernente ao termo de aditamento ao convênio firmado em 10 de janeiro de 1974, entre o MINISTÉRIO DO INTERIOR e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, com a interveniência da SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, substituida, na conformidade do que dispõe o artigo 6º da Lei nº 6.228, de 15 de julho de 1975, e nos termos do aditamento firmado em 09 de abril de 1976, pelo DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, visando regular a administração pela NOVACAP, das obras de construção do Edifício Sede do MINISTÉRIO DO INTERIOR, nesta Capital. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de termo de aditamento ao Convênio celebrado em 10 de janeiro de 1974, entre o MINISTÉRIO DO INTERIOR e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, com a interveniência do DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção do edifício sede do MINISTÉRIO DO INTERIOR em Brasília - Distrito Federal, visando suplementar o seu valor em mais Cr$ 32.099.257,51 (trinta e dois milhões, noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e sete cruzeiros e cinquenta e hum centavos) e prorrogar o prazo de sua execução até 30 de março de 1978, na forma da minuta de fls. 15 a 18. A taxa de administração incidente sobre o convênio em questão é de 5%." Dando sequência, a reunião o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, que relatou os processos a seguir discriminados: 07) - Nº 657.529/77, referente ao termo de aditamento ao convênio celebrado em 14 de outubro de 1977, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, do prosseguimento das obras de construção do ESPAÇO CULTURAL A decisão aprovada foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de termo de aditamento ao convênio firmado em 14 de oututbro de 1977, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, do prosseguimento das obras de construção do ESPAÇO CULTURAL DE BRASÍLIA, visando suplementar o seu valor em mais Cr$ 44.531.056,00 (quarenta e quatro milhões, quinhentos e trinta e hum mil, cinquenta e seis cruzeiros), na forma da minuta de fls. 02. A taxa de administração incidente sobre o convênio em questão é de 10%." 08) - Nº 651.743/77, que trata da Tomada de Preços nº 129/77-CPL, realizada em 12 de dezembro de 1977, para execução, pelo regime de empreitada por preço global, das obras de alambrado, nas Quadras Polivalentes, no PARQUE DE RECREAÇÃO ROGÉRIO PITHON FARIAS, em Brasília-DF. A decisão foi prolatada nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, homologa a Tomada de Preços nº 129/77-CPL e autoriza a contratação com a firma ENINCO - ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., que propôs executar pelo acréscimo de 7,6% (sete vírgula seis por cento) sobre o preço base da NOVACAP, constante do item 3.1.1. do Edital, obras de alambrado nas Quadras Polivalentes no PARQUE DE RECREAÇAO ROGERIO PITHON FARIAS, em Brasilia-DF. Ao Contrato deverá ser atribuido o valor de Cr$ 504.780,94 (quinhentos e quatro mil, setecentos e oitenta cruzeiros e noventa e quatro centavos) e o prazo para conclusão dos trabalhos fica fixado em 60 (sessenta) dias úteis, a partir da data da expedição da Ordem de Serviço." 09) - Nº 654.536/77, concernente ao termo de aditamento ao convênio firmado em 4 de fevereiro de 1977, reratificado em 2 de agosto de 1977, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, da execução de obras de urbanização na REGIÃO ADMINISTRATIVA III DE TAGUATINGA - Distrito Federal. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, re-ratifica sua decisão prolatada na 1.172ª sessão realizada em 18.11.77, na forma seguinte: "autorizar a efetivação de termo de aditamento ao convênio firmado em 4 de fevereiro de 1977, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, da execução de obras de urbanização na REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA, visando suplementar, o seu valor em mais Cr$ 3.046.440,00 (três milhões, quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros) e prorrogar o prazo de sua execução até 30 de junho de 1978, na forma da minuta de fls. 19 a 21. A taxa de administração incidente sobre o convênio em questão é de 5%." Dando sequência a reunião o Senhor Presidente, passou a palavra ao Conselheiro ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO, que relatou os processos a seguir discriminados: 10) - Nº 699.621/77, relativo ao aditivo ao convênio nº 428/77, firmado entre a NOVACAP e a TERRACAP. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, tendo em vista o que consta no presente processo, aprova o Termo Aditivo ao convênio nº 428/77, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP e a Companhia Imobiliária de Brasília — TERRACAP, que regula a Administração pela NOVACAP, das obras de conclusão e ampliação do TEATRO NACIONÁL DE BRASÍLIA, nos exatos termos da minuta de fls. 12, 13 e 14, no valor estimado de Cr$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros)." 11) - Nº 656.440/77, em que a INDUSTRIA VILLARES, propõe a renovação do contrato de manutenção dos elevadores instalados no Edifício Sede da NOVACAP. A decisão foi proferida nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, tendo em vista o que consta do presente processo RESOLVE: a) - dispensar a licitação nos termos do artigo 3º, letra "E" da Resolução nº 084/76-CA; b) - autorizar a contratação da firma INDÚSTRIAS VILLARES S/A, para prestação de serviços de manutenção dos elevadores instalados neste Edifício Sede por um período de 03 (três) meses, com início a partir de 01/01/78, no valor global de Cr$ 42 480,00 (quarenta e dois mil, quatrocentos e oitenta cruzeiros)." 12) - Nº 657.531/77, concernente ao termo de aditamento ao convênio celebrado em 14 de outubro de 1977, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, da execução de diversas obras em Brasília-Distrito Federal. A decisão aprovada foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de termo de aditamento ao convênio celebrado em 14 de outubro de 1977, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, da execução de diversas obras em Brasília-Distrito Federal, visando suplementar o seu valor em mais Cr$ 28.747.000,00 (vinte e oito milhões, setecentos e quarenta e sete mil cruzeiros), na forma da minuta de fls. 2 e 3. A taxa de administração incidente sobre o convênio em questão é de 10%." Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro RENOR SANT'ANNA, que relatou os seguintes processos: 13) - Nº 657.527/77, relativo ao termo de aditamento ao convênio celebrado em 28 de janeiro de 1977, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, da execução dos serviços de implantação de vias e obras complementares de urbanização em Brasília - Distrito Federal. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a descisão da Diretoria, autoriza a efetivação de termo de aditamento ao convênio firmado em 28 de janeiro de 1977, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, da execução dos serviços de implantação de vias e obras complementares de urbanização em Brasília - Distrito Federal, visando suplementar o seu valor em mais Cr$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), na forma da minuta de fls. 02. A taxa de administração incidente sobre o convênio em questão é de 5%." 14) - Nº 652.394/77, que trata da Tomada de Preços nº 19/77 - CPLM/DA, para fornecimento e instalação dos equipamentos de cozinha para o restaurante do Edifício Sede da NOVACAP. A decisão prolatada foi esta: "O Conselho, com o volto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, homologa a Tomada de Preços nº 019/77-CPLM/DA e aprova a proposta da firma COMPANHIA GERAL DE INDUSTRIAS de fls. 35/59, para fornecimento e instalação, sob o regime de empreitada por preço global, dos equipamentos para cozinha geral do Restaurante do Edifício Sede da NOVACAP, em Brasília, pelo valor global de Cr$ 1.298.969,00 (hum milhão, duzentos e noventa e oito mil, novecentos e sessenta e nove cruzeiros), com o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da assinatura do contrato e demais condições do edital nº 019/77-CPLM/DA." 15) - Nº 654.542/77, concernente ao termo de prorrogação do convênio firmado em 12 de setembro de 1969, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela segunda para o primeiro, da execução de diversas obras para a Secretaria de Serviços Públicos — Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, em Brasília — Distrito Federal. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, re-ratifica sua decisão prolatada na 1.173ª sessão, ralizada em 23.11.77, respectivamente, na forma sguinte: "autoriza a efetivação de termo de prorrogação do convênio firmado em 12 de setembro de 1969, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção de diversas unidades para a Secretaria de Serviços Públicos — Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, visando prorrogar o prazo de sua execução até 31 de março de 1978. A taxa de administração incidente sobre o presente convênio é de 10%"" Ao final da reunião, o Conselheiro FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, pediu a palavra ao Senhor Presidente e fez o seguinte pronunciamento: "Senhor Presidente. No dia de ontem, a imprensa local deu merecido destaque à passagem da data natalícia do Arquiteto OSCAR NIEMEYER, o qual completou 70 anos de idade. Ao trazer este fato ao conhecimento do Egrégio Conselho, pretendo, por esta forma, fazer um registro em ata do evento e solicito dos meus eminentes pares, que este mais alto sodalício da NOVACAP, empresa a cujos quadros funcionais ele pertenceu, se associe às homenagens que lhe vêm sendo tributadas. Na verdade, o nosso homenageado, além de membro nato do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, representa, hoje, um patrimônio da vida cultural de Brasília, onde os marcos dos serviços por ele prestados na construção da Nova Capital do País ai estão expostos à admiração de todos os que nos visitam. Parece-nos que a História não registra outro artista com igual oportunidade de afirmação do seu talento e da sua arte, como ocorreu com o arquiteto OSCAR NIEMEYER. Porém é relevante salientar o seu despreendimento de compensações materiais pelo trabalho executado em Brasília, onde presenciou-se uma doação total à criação artística. Ressaltamos ainda caracteristicas de sua concepção artística, que pela beleza e funcionalidade na execução da obra, seguiu um traçado original do artista incomparável que é OSCAR NIEMEYER, admirado e festejado no Brasil e no exterior, para onde levou a sua contribuição neste setor como genuina expressão da cultura de nosso país. Por estas razões, Senhores Conselheiros, solicito o apoio de V.Exas., que seja feito o registro em ata dos nossos trabalhos desse evento, com as congratulações deste Conselho ao Arquiteto OSCAR NIEMEYER pela passagem dos seus 70 anos de vida, fazendo os melhores votos pela sua felicidade pessoal. Em seguida o Conselheiro ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO, proferiu as seguintes palavras: "Senhor Presidente: A proposição do ilustre Conselheiro Francisco Ferreira de Castro trouxe-me à lembrança fato ocorrido há alguns anos, quando o Distrito Federal levou a efeito a transferência do seu Pessoal do Quadro Provisório para o Quadro Permanente e as Comissões encarregadas de examinar a documentação do pessoal a ser transferido, inclusive seus títulos, se reuniam no 17º andar do Edifício Brasília, no mesmo salão. Nessa oportunidade, fazia eu parte de uma Comissão, quando fui solicitado a convencer um dos membros da Comissão que examinava a documentação apresentada pelos engenheiros e arquitetos, pois o mesmo não queria classificar em primeiro lugar o arquiteto OSCAR NIEMEYER, porque aquele não apresentara outros títulos além de seu diploma de arquieto. Depois de dialogar cheguei à janela e afirmei que os títulos de OSCAR NIEMEYER estavam à vista, materialmente documentados. Não foi possível convencer o interlocutor, e o então prefeito WADJÔ GOMIDE classificou OSMAR

NIEMEYER "HOURS CONCOURS". OSCAR NIEMEYER completa 70 anos, e a sua obra não se vincula somente a Brasília, mas à Europa, Oriente Médio, África, à Sede da ONU e outros locais dos Estados Unidos, passando pela Pampulha. A NOVACAP, está concluindo sua nova sede, e manda a justiça histórica, por imposição cívica, que na sua entrada sejam erguidos os bustos de OSCAR NIEMEYER e LÚCIO COSTA, pontos culminantes da história da inteligência brasileira, na sua manifestação artística, não se devendo esquecer, também, os principais responsáveis pela concretização da idéia da mudança. Os demais Conselheiros fizeram suas as palavras dos Conselheiros FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO e ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião da qual para constar, eu, MARIA DE LOURDES DO NASCIMENTO ARAÚJO, Secretária Substituta, lavrei a presente Ata, que vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes.

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES - Presidente, MAURO DE ALENCAR FECURY, INÁCIO DE LIMA FERREIRA, JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO, FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO, RENOR SANT'ANNA, DÁRIO DÉLIO CARDOSO-Consultor Jurídio, MARIA DE LOURDES DO NASCIMENTO ARAUJO - Secretária-Substituta

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA

Atos do superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 004/78-AERB

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA-AERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IV, do Artigo 17, Capítulo I, do Regimento da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, aprovado pelo Decreto nº 2.900 de 19 de maio de 1975,

RESOLVE:

Fica a Seção de Orçamento e Finanças da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, autorizada a movimentar os valores correspondentes aos Grupos de Despesas constante do Quadro anexo, referente ao 1º Trimestre de 1978, de acordo com a Programação Anual de Trabalho aprovada pelo Decreto nº 4.016 de 29/12/77, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, de 29 de dezembro de 1977.

Brasília, 17 de janeiro de 1978.

MARCÍLIO MARQUES BOTTI
Superintendente

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº 004/78-AERB

TRIMESTRE: 1º (Primeiro) TRIMESTRE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA

ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: Seção de Orçamento e Finanças

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	TOTAL
ATIVIDADE AERB-2.053		
Manutenção das Atividades da Administração da Estação Rodoviária de Brasília		
- Pessoal e Encargos Sociais	1.700.000,00	
- Outras Despesas	1.000.000,00	2.700.000,00

MARCÍLIO MARQUES BOTTI
Superintendente

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

JUNTA DE CONTROLE DO DETRAN-DF

ATA DA 80ª REUNIÃO DA JUNTA DE CONTROLE DO DETRAN-DF

Aos quinze dias do mês de dezembro de mil novecentos e setenta e sete, na sala de reuniões do Departamento de Trânsito do Distrito do Distrito Federal, às 16:00 horas, realizou-se a 80ª (octagésima) reunião da Junta de Controle do DETRAN-DF, sob a Presidência do Senhor WALTER BREY JÚNIOR, presentes os Senhores CLÁUDIO MOTA DE ALMEIDA e NEI DE CASTRO MUNIZ, membros. Aberta a reunião o Senhor Presidente solicitou que se procedesse à leitura da ata da reunião anterior, que, posta em discussão, foi aprovada por unanimidade. A seguir, foram examinados e aprovados os seguintes processos: 396068/77, recolhimento da importância de Cr$ 5,00 à Associação dos Servidores Públicos do Brasil - ASPB; 396071/77, recolhimento da importância de Cr$ 22,00 ao Círculo dos Oficiais Intendentes das Forças Armadas-COIFA; 396321/77, recolhimento da importância de Cr$ 22,40 à União Nacional dos Servidores Públicos e Civis do Brasil-UNSPCB: 396322/77 recolhimento da importância de Cr$ 5,00 à Associação dos Servidores Públicos do BRASIL-ASPB 396418/77, recolhimento da importância de Cr$ 63.167,18 ao Fundo de Garantia do Tempo de serviço; 396494/77, recolhimento da quantia de Cr$ 10.735,44 ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP; 396627/77, recolhimento da importância de Cr$ 261,92 à Associação dos Servidores Civis do Brasil — ASCB; 396628/77, recolhimento da importância de Cr$ 40.273,00 à Divisão do Tesouro da SEF/DF; 396640/77, recolhimento da importância de Cr$ 2.330,00 ao Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Distrito Federal; 396641/77, recolhimento da importância de Cr$ 909,24 à Caixa Beneficente dos Funcionários Companhia da Nova Capital — BENECAP; 396643/77, recolhimento da importância de Cr$ 3.225,53 a Secretária de Segurança Pública - SEP; 396644/77, recolhimento da importância de Cr$ 12,00 ao Círculo dos Oficiais Intendentes das Forças Armadas — COIFA; 396645/77, recolhimento da importância de Cr$ 155,00 à Divisão do Tesouro da SEF/DF; 396730/77, recolhimento da importância de Cr$ 52.529,38 ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS; 396886/77, recolhimento da importância de Cr$ 2.187,00 ao Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Distrito Federal; 396887/77, recolhimento da importância de Cr$ 12,00 ao Círculo dos Oficiais Intendentes das Forças Armadas — COIFA; 396889/77, recolhimento da importância de Cr$ 240,00 à Associação dos Delegados de Polícia do DF; 396890/77, recolhimento da importância de Cr$ 40,00 à Secretaria de Segurança Pública - SEP; 396892/77, recolhimento da importância de Cr$ 210,00 ao Montepio Nacional dos Servidores Públicos — MONTEPAR; 396894/77, recolhimento da importância de Cr$ 12,40 à União Nacional dos Servidores Públicos e Civis do Brasil — UNSPCB; 396896/77, recolhimento da importância de Cr$ 621,92 À Associação dos Servidores Civis do Brasil - ASCB; 396897/77, recolhimento da importância de Cr$ 36,13 à Companhia Internacional de Seguros; 396898/77, recolhimento da importância de Cr$ 28,87 à Federal de Seguro em Grupo S/A; 396622/77, dispensa de licitação em favor de Companhia de Seguros Gerais; 397158/77, dispensa de licitação em favor de Vidraçaria Planalto; 397383/77, dispensa de licitação em favor de RENOMAQUI — Renovadora de Máquinas Ltda; 397407/77, dispensa de licitação em favor de Cine Foto GB; 397411/77, dispensa de licitação em favor de Pronto Socorro de Água/Luz Ltda; 397412/77, dispensa de licitação em favor de Anhanguera - Peças e Acessórios Ltda; 397451/77, dispensa de licitação em favor de H.P. MENDES Comércio e Indústria Ltda; 397452/77, dispensa de licitação em favor de H.P. MENDES — Comércio e Indústria Ltda; 397502/77, dispensa de licitação em favor de Casa do Atleta; 397503/77, dispensa de licitação em favor de Transbrasil S/A — Linhas Aéreas; 397504/77 dispensa de licitação em favor de Tavares Jóias; 396169/77, devolução de caução no valor de Cr$ 5.000,00 à Companhia Gráfica e Editora Globo; 396357/77, devolução de caução no valor de Cr$ 5.000,00 à Tiradentes Médico-Hospitalar Ltda; 396493/77, devolução de caução no valor de Cr$ 5.000,00 à Gráfica e Editora Independência; 396513/77, devolução de caução no valor de Cr$ 5.000,00 à Papelaria e Mediações Comerciais Ltda; 396540/77, devolução de caução no valor de Cr$ 5.000,00 à Comercial Brasília de Placas Ltda 396692/77, devolução de caução no valor de Cr$ 5.000,00 à Papelaria Rio — Importação, Comércio e Indústria Ltda; 396858/77, devolução de caução no valor de Cr$ 5.000,00 à Ericsson do Brasil S/A; 396859/77, devolução de caução no valor de Cr$ 5.000,00 à Ericsson do Brasil S/A; 396861/77, devolução de caução no valor de Cr$ 5.000,00 à Casa Planeta de Brasília S/A; 396922/77, devolução de caução no valor de Cr$ 5.000,00 à L'ATELIER MOVEIS LTDA; 396946/77, devolução de caução no valor de Cr$ 5.000,00 à Indústria e Comércio Inestan S/A; 396957/77, devolução de caução no valor de Cr$ 10.000,00 à SITRAN-Indústria e Comércio Ltda; 396971/77, devolução de caução no valor de Cr$ 5.000,00 à Comercial Marte de Móveis Ltda; 396625/77, reversão da importância de Cr$ 520,00 à dotação própria; 396626/77, reversão da importância de Cr$ 179,05 à dotação própria; 396902/77, reversão da importância de Cr$ 1.820,00 à dotação própria; 396903/77, reversão da importância de Cr$ 1.232,55 à dotação própria; 396904/77, reversão da importância de C $240,00 à dotação própria; 396467/77, pagamento da importância de Cr$ 24.757,25 à COMTARE — Comércio de Tacos e Representações Ltda; 397594/77, aquisição de material, conforme convite nº 045/77. Às 18:40 horas, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, eu DILSON JOSÉ DUARTE MOREIRA, Secretário, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Membros e por mim.

WALTER BREY JUNIOR-SEF. Presidente; NEI DE CASTRO MUNIZ-Membro-SEP; CLÁUDIO MOTA DE ALMEIDA-Membro — SEG; DILSON JOSÉ DUARTE MOREIRA, Secretário.

PROCURADORIA-GERAL

ATOS DO PROCURADOR-GERAL

PORTARIA PRG Nº 003/78, DE 12 DE JANEIRO DE 1978

O PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 29, inciso XV, do Regimento da Procuradoria Geral, aprovado pelo Decreto nº 2.877, de 04.04.75, combinado com o artigo 16 do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data, o servidor PEDRO CARLOS MACHADO, Agente Administrativo, Código SA-401.2, Matrícula nº 13.842, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir, até o dia 31 de janeiro do fluente ano, o Chefe da Seção de Pessoal da Divisão de Administração Geral da Procuradoria Geral, em virtude de o mesmo encontrar-se em licença para tratamento de saúde.

Publique-se.

Brasília, em 12 de janeiro de 1978

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador Geral

PORTARIA PRG Nº 004/78, DE 12 DE JANEIRO DE 1978.

O PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Mandar cessar, a partir do dia 30 de dezembro de 1977, os efeitos da Portaria PRG Nº 085/77, de 06/12/77, que designou a servidora MARIA NAZARETH CANUTO DA SILVA, Matrícula nº 6.169, para substituir o Chefe da Seção de Pessoal, da Divisão de Administração Geral da Procuradoria Geral, em virtude de a mesma ter entrado em gozo de licença gestante.

Publique-se.

Brasília, em 12 de janeiro de 1978.

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador Geral

2ª PROCURADORIA-GERAL

Atos do Procurador-Chefe

Processo nº: 57.730/77
Interessado: AVATENIO ANTONIO DA COSTA
Assunto: PEDIDO DE PARCELAMENTO

AVATENIO ANTONIO DA COSTA requereu, parcelamento de seu débito fiscal para com o Governo do Distrito Federal, incidente sobre seu imóvel no (s) exercício (s) de 1975/6

Processo devidamente instruído

Certidões de débito juntadas às fls

Calculos atualizados às fls

Nada a ilidir o requerido.

DECIDINDO, concedo que o referido débito, acrescido da importância de Cr$ 147,90 (cento e quarenta e sete cruzeiros e noventa centavos), correspondente à mora do período de parcelamento seja pago em 05 (cinco) prestações mensais. A primeira, e maior, no valor de Cr$ 2.283,40 (dois mil, duzentos e oitenta e tres cruzeiros e quarenta centavos), vencerá quarenta e oito horas, após a assinatura do Têrmo de Reconhecimento de Dívida Fiscal e Fiança na SCDA desta Subprocuradoria-Geral, o que deverá ocorrer até três dias após a publicação desta decisão no «Diário Oficial». As demais parcelas, no valor de Cr$ 2.269,00 (dois mil, duzentos e sessenta e nove cruzeiros), vencerão nos dias 28 de cada mês

Dispenso as Notas Promissórias avalizadas por força de dispositivo legal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, DF., 06 de dezembro de 1977

2ª: SUBPROCURADORIA GERAL
ROBERTO PIRES BARBOSA
2º Subprocurador-Geral

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

CONVÊNIO Nº 014/77-PJ-FZDF

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM A COMPANHIA DE DESNVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO-CODEVASF, A FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL-FZDF E O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL-DER-DF; PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA ESTRADA QUE POSSIBILITE O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DA ÁREA DE JAIBA PARA O DISTRITO FEDERAL.

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO-CODEVASF, empresa pública criada pela Lei de número 6088, de 16 de julho de 1974, CGC número 00399857/0001, sediada no Setor Bancário Norte, Projeção 14, Edifício Central Brasília, em Brasília, Distrito Federal, neste ato designada simplesmente CODEVASF, representada por seu Presidente, Engenheiro NILO PEÇANHA ARAÚJO DE SIQUEIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, a FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL-FZDF, órgão integrante da administração descentralizada do Conjunto Administrativo do Distrito Federal, com patrimônio do Poder Público, sede e fôro nesta Capital Federal, no Edifício «Rogério Pithon Farias», no Setor de Áreas Isoladas Norte, no Parque Rural, doravante denominada simplesmente FUNDAÇÃO representada por seu Diretor Presidente, Engenheiro Agrônomo PEDRO DO CARMO DANTAS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e o DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL-DER-DF, órgão integrante da administração do Distrito Federal, neste ato representada por seu Diretor Geral, ARINO OTON DE LIMA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, celebram o presente convênio mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio tem como objetivo unir os esforços das partes convenentes para implantar trecho de estrada, com aproximadamente 50 Km de extensão, a partir do entroncamento da BR-020 ao trecho estadual vindo de Arinos-MG, permitindo a interligação do Distrito Federal ao sistema de estradas federais e do Estado de Minas Gerais e do Estado de Minas Gerais, que atinge a região da Jaiba, possibilitando o escoamento da produção daquela área Programada para Brasília.

CLÁUSULA SEGUNDA - Dentro deste objetivo, comprometem-se as partes convenentes a executar como meta a ser atingida até 30 de junho de 1978, 20 (vinte) Km do referido trecho, cabendo: a-à CODEVASF: - concorrer com a importância de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros); - aprovar o anteprojeto e os projetos executivos apresentados pelo DER-DF; b— à FUNDAÇÃO - executar, por administração direta, utilizando equipamento próprio, os serviços de movimento de terra (cortes e aterros), de acordo com os projetos executivos elaborados pelo DER-DF e aprovados pela CODEVASF, atendidas as normas e especificações pertinentes do DER-DF e o cronograma físico estabelecido para o período correspondente à primeira e segunda etapa, constantes do ante-projeto aprovado pela CODEVASF; - apresentar à CODEVASF, bimensalmente, relatórios de andamento dos serviços, com parecer técnico de engenheiro credenciado do DER-DF.c ao DER-DF, 1-elaborar o ante-projeto do trecho inicial dos 20 Km de estradas; 2-construir, às suas expensas e responsabilidades, todas as obras de arte; 3-executar o revestimento primário em todo o trecho de estradas; 4-emitir parecer técnico nos relatórios apresentados pela FUNDAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Os recursos previstos como participação da CODEVASF, no montante de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), correrão por conta do PIN — Projeto Jaiba e serão liberados à FUNDAÇÃO, da seguinte maneira: Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) até 10 de janeiro de 1978; Cr$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros, após noventa (90) dias da publicação e comprovada pela CODEVASF a implantação integral de um mínimo de 06 Km do trecho rodoviário; Cr$ 350.000,000 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros) após 180 (cento e oitenta) dias da publicação e comprovada pela CODEVASF a implantação integral de um mínimo de 15 Km no trecho rodoviário; Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), na entrega do trecho de 20 Km totalmente concluído. - Do total será reduzida a importância correspondente a 1% (um por cento) do valor para cobrir despesas de auditagem e divulgação.

CLÁUSULA QUARTA - A comprovação, pela FUNDAÇÃO, da exata aplicação dos recursos que lhe forem transferidos pela CODEVASF em razão deste Convênio, será feita através de atestado elaborado pelo Sistema de Inspetoria Geral de Finanças do Distrito Federal, o que será enviada à CODEVASF, até o mês de março do ano seguinte ao término do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - O pessoal que, a qualquer título, for utilizado pela FUNDAÇÃO e/ou pelo DER-DF, na execução dos serviços de que trata o presente convênio, ser-lhe-á diretamente subordinado e não terá a CODEVASF nenhum vínculo empregatício.

CLÁUSULA SEXTA - O presente convênio terá vigência de 1 (um) ano, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial/da União.

CLÁUSULA SÉTIMA - Correrão às expensas e ficarão a cargo da FUNDAÇÃO, as providências necessárias à publicação do presente convênio no Diário Oficial da União.

CLAUSULA OITAVA - O presente convênio poderá ser prorrogado ou modificado através de termo aditivo.

CLÁUSULA NONA - Qualquer das partes poderá denunciar o presente convênio em caso de inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas e condições ou pela superveniência de norma legal que o torne material ou formalmente impraticável. No caso da denúncia partir da CODEVASF ficará a FUNDAÇÃO obrigada a prestar contas dos recursos recebidos até aquela data, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, da data da rescisão. CLÁUSULA DÉCIMA - Na divulgação dos trabalhos realizados em função do presente convênio, será sempre mencionada a participação da CODEVASF, da FUNDAÇÃO e do DER-DF, obrigando-se a FUNDAÇÃO a manter no início do trecho rodoviário em obra, placa em que conste de maneira relevante, os dizeres «OBRA EXECUTADA COM A COOPERAÇÃO FINANCEIRA DA CODEVASF».

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - Fica eleito o foro do Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas sobre o presente convênio. E por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, datilografou-se o presente convênio em (sete) 07 vias de igual teor e para o mesmo efeito que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes convenentes e pelas testemunhas a tudo presentes.

Brasília-DF., 28 de dezembro de 1977—Engº NILO PEÇANHA ARAUJO DE SIQUEIRA-PRESIDENTE DA CODEVASF; Engº PEDRO DO CARMO DANTAS-DIRETOR-PRESIDENTE DA FZDF; Engº ARINO OTON DE LIMA-DIRETOR - GERAL DO DER-DF: TESTEMUNHAS: a) CARLOS RAMOS CHAVES; b) MIGUEL TOKARRSKI.

EXTRATO DO CONTRATO PARA PAGAMENTO MENSAL DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL E A BRAZÍLIA IMÓVEIS E COMÉRCIO S/A.

ESPÉCIE: CONTRATO
PROCESSO:
OBJETO: ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS NO PARQUEAMENTO DO SETOR COMERCIAL SUL.
DESPESA: Cr$ 1.600,00 (um mil e seiscentos cruzeiros) Mensal.
PUBLICAÇAO:
(NO D.O.D.F) Às expensas da contratante
VIGÊNCIA: Um (01) ano, a partir de sua assinatura.

PARTES CONTRATANTES: NELJANIR DA SILVA GUIMARÃES - P/"FUNDAÇÃO", ILDEFONSO GADIOLI DOS SANTOS - p/"CONTRATANTE" - TESTEMUNHAS: 1. MANOEL GADIOLI DOS SANTOS; 2. JORGE MOREIRA - (DAR, de 12.01.78 - Cr$ 250,00)

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA ASTEL LTDA, OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS INSTALADOS NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, NA FORMA ABAIXO.

Aos 12 dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete da Secretaria de Administração, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER, brasileiro, casado, Fiscal de Tributos Federais, na qualidade de Secretário de Administração, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 28.551/77, e do outro, a firma ASTEL LTDA, sediada em Brasília, no CLS - 406 Bl. "A" - Lojas 1 e 3, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 00069633/0001, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, no ato representada pelo Senhor ANTONIO ALVES DE ANDRADE, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Capital, resolvem firmar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA — O presente instrumento tem por objeto a prestação pela CONTRATADA para o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração, de serviços de manutenção dos equipamentos instalados na Coordenação do Sistema de Transportes Internos da Secretaria

Administração, a seguir enumerados: a) 12 (doze) elevadores hidráulicos, sendo 10 de 15, 06, 11 e 10 toneladas e 02 (dois) simples; b) 07 (sete) compressores de ar, série 800/700; c) 10 máquinas de lavar, modelo ML-1/2; d) 03 (três) balanças de ar, modelo EXATO-I; e) 02 (duas) máquinas de desmontar pneus; f) 06 (seis) propulsores de graxa 12020.

CLÁUSULA SEGUNDA — A CONTRATADA obriga-se a: I) atender prontamente aos chamados do DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração para restabelecimento do funcionamento dos equipamentos, ficando, desde logo, ajustado que as solicitações deverão ser feitas no horário de 8:00 às 18:00 horas, no intervalo de 24:00 horas, salvo casos de força-maior; II) vistoriar, quinzenalmente os equipamentos cobertos por este contrato, ajustando-os, regulando-os e lubrificando-os mantendo-os em condições normais de uso as peças vitais, bem como verificando o nível do óleo, tensão das correias, acoplamento das mangueiras, extração da água condensada em compressores, testes de Manômetros, limpeza do filtro de admissão, regulagem dos disjuntores automáticos, limpeza dos filtros de tela, inspeção quanto a vazamento inspeção das caixas de areia, gaixetas, limpadora e de vedação dos pistões dos elevadores hidráulicos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Será feita sem ônus para o DISTRITO FEDERAL, a substituicão do óleo solúvel dos elevadores hidráulicos, óleo mineral dos compressores de ar, gaixetas, retentores, correias, braçadeiras de mangueiras e couros das máquinas de lavar.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Todos os serviços, peças e materiais não especificados no Parágrafo anterior, serão objeto de orçamento prévio, correndo as despesas com a execução por conta do DISTRITO FEDERAL.

PARÁGRAFO TERCEIRO — Todas as peças e materiais serão cobrados de acordo com a tabela de preços "WAYNE", oferecendo a CONTRATADA garantia de 60 (sessenta) dias quanto a defeitos de fabricação e execução.

CLÁUSULA TERCEIRA — Obriga-se o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração a: I) comunicar de imediato à CONTRATADA qualquer anormalidade no funcionamento dos equipamentos; II) visar, por quem autorizado, as ordens de serviço, após as visitas dos técnicos da CONTRATADA em serviços de manutenção; III) não permitir o depósito de materiais de qualquer espécie, na casa de máquina, bem como próximo aos equipamentos; IV) não permitir, sob pena de perda da garantia dos serviços executados e peças substituidas, interferência nos equipamentos, por pessoas estranhas aos quadros da CONTRATADA; V) não alterar ou trocar peças ou pertences, sem a devida autorização da CONTRATADA; VI) colocar às suas expensas, quando exigidos pelas autoridades públicas competentes, novos acessórios de segurança; VII) pagamento das despesas após aprovação do orçamento prévio de qualquer danos oriundos da falta de zelo do equipamento, ou mau trato por parte do DISTRITO FEDERAL; VIII) manter as instalações de energia elétrica até às chaves de entrada dos equipamentos.

CLÁUSULA QUARTA — Não são de responsabilidade da CONTRATADA: I) acidentes patrimoniais ou pessoais que venham a ocorrer com terceiros, danos, prejuízos ou acidentes com pessoa ou coisa, quando em operação ou nas proximidades dos equipamentos, salvo se decorrerem de omissões ou atos de funcionários da CONTRATADA; II) perdas, danos, prejuízos ou atrasos decorrentes da falta de energia elétrica ou de transportes e roubos, explosões, inundações, incêndios, "lock-outs", convulções sociais, atos governamentais, estragos propositais, força-maior ou qualquer outra causa inevitável, fora do seu controle em nenhuma hipótese, por danos emergentes.

CLÁUSULA QUINTA — Pela inadimplência de qualquer das cláusulas deste contrato, sujeitar-se-á a CONTRATADA às seguintes penalidades: I) multa de 0,3% (três décimo por cento) ao dia, até o 30° (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado; 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, por atraso superior a 30 (trinta) dias; 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, se deixar de assiná-lo dentro de 05 (cinco) dias úteis de sua convocação; II) suspensão do direito de licitar com os órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal; III) declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA SEXTA — O valor do presente instrumento é de Cr$99.120,00 (noventa e nove mil, cento e vinte cruzeiros) resultante da adição do valor mensal de Cr$8.260,00 (oito mil, duzentos e sessenta cruzeiros), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício Lei n° 6488 de 06 de dezembro de 1977 e correrão à conta do SUBELEMENTO: 3.1.3.2 — OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS da Atividade SEA 2.029 — Encargos com Nanutenção de Transportes Internos do Distrito Federal, conforme Nota de Empenho n° 03/78, emitida pela Secretaria de Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO — O pagamento do valor mencionado nesta Cláusula, será efetuado pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração em 12 (doze) parcelas iguais, mediante a apresentação de fatura, devidamente atestada pelo executor deste ajuste, até o 10° (décimo) dia útil do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA SÉTIMA — O valor deste Termo entende-se fixo e irreajustável, salvo as hipóteses previstas no Parágrafo Quarto do Artigo 6°, do Decreto n° 185, de 23 de fevereiro de 1967.

CLÁUSULA OITAVA — O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração designará um executor para o presente ajuste, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

CLÁUSULA NONA — Este CONTRATO poderá ser prorrogado, renovado, alterado, aditado ou rescindido, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA — A inadimplência de qualquer das cláusulas integrantes deste contrato implícará na sua automática rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à CONTRATADA direito algum à indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — O presente contrato entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, às expensas da CONTRATADA, expirando-se em 31 de dezembro de 1978.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1ª. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. EM TEMPO: No preâmbulo onde se lê: ANTONIO ALVES DE ANDRADE; Leia-se REINALDO SCHELB, brasileiro, casado, comerciante.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER; PELA CONTRATADA: (as.) P/ANTONIO ALVES DE ANDRADE - REINALDO SCHELB; TESTEMUNHAS: (as.) FRANCISCO RAMOS CAMELO e (as.) ELISEU FERREIRA DA COSTA; VISTO Em, 12.01.1978 - JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1° subprocurador-Geral do DF. (DAR, de 12.01.78 - Cr$ 1.475,00)

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA MUSITEL-MUSICA AMBIENTE LTDA, OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE MUSICA AMBIENTE, NA FORMA ABAIXO.

Aos 11 dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Gabinete da Secretaria de Administração, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER, brasileiro, casado, Fiscal de Tributos Federais, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Administração, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo n° 28.549/77, e do outro, a firma MUSITEL-MÚSICA AMBIENTE LTDA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por sua sócia proprietária Senhora RUTH MADLENER DOS SANTOS, brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliada nesta Capital, resolvem firmar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Pelo presente instrumento obriga-se a CONTRATADA a fornecer para O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração, música ambiente, através de 04 (quatro) canais distribuídos por linhas telefônicas da TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A (TELEBRASÍLIA) sistema de alto-falantes diária e ininterruptamente, das 8:00 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, enquanto vigorar a autorização concedida pelo Conselho de Telecomunicações-CONTEL, consoante Portaria n° 150, de 22 de fevereiro de 1967, publicada no DIÁRIO OFICIAL da União de 14 de março de 1967.

CLÁUSULA SEGUNDA — O equipamento necessário ao fornecimento da música ambiente que se refere a cláusula anterior é de exclusiva propriedade do DISTRITO FEDERAL, instalado no Gabinete da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA — Pelo fornecimento objeto deste contrato, o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração, pagará à CONTRATADA, mensalmente, até o 10° (décimo) dia do mês subseqüente ao vencido, a importância de Cr$3.126,50 (três mil, cento e vinte e seis cruzeiros e cinqüenta centavos), equivalente à assinatura dos canais, manutenção e conservação do equipamento e direitos autorais, mediante a apresentação de fatura, devidamente atestada pelo executor deste ajuste.

CLÁUSULA QUARTA — O valor do presente contrato é de Cr$37.518,00 (trinta e sete mil, quinhentos e dezoito cruzeiros), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício Lei n° 6488, de 06 de dezembro de 1977, correndo à conta do SUBELEMENTO: 3.1.3.2 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS da Atividade SEA-2.033, Encargos com Manutenção dos Próprios do Governo do Distrito Federal, conforme Nota de Empenho n° 08/78, emitida pela Secretaria de Administração, no valor de Cr$ 37.518,00 (trinta e sete mil quinhentos e dezoito cruzeiros).

CLÁUSULA QUINTA — A inadimplência, por parte da CONTRATADA, de qualquer das cláusulas deste instrumento, será punida na forma do disposto no artigo 56 e seguintes, do Decreto n° 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto n° 1.850, de 17 de novembro de 1971.

CLÁUSULA SEXTA — Não será considerado inadimplência qualquer interrupção fortúita proveniente de defeito no equipamento, bem como por razões independentes da vontade da CONTRATADA, que deverá comunicar por escrito, quaisquer anormalidades que impossibilitem o fornecimento.

CLÁUSULA SÉTIMA — O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração, não permitirá que terceiros interfiram no equipamento, cujos reparos e readaptações decorrentes de defeitos, serão efetuados exclusivamente pela CONTRATADA, durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA OITAVA — A CONTRATADA fica obrigada ao pagamento dos direitos autorais que recaírem sobre as músicas fornecidas ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA NONA — A extinção, liquidação, dissolução ou falência da CONTRATADA, bem como a retirada do aparelho telefônico ao qual se acha ligada a música, importará na rescisão automática deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA — O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Administração, designará um executor para o presente ajuste, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — No caso de renovação o presente contrato poderá ser reajustado tomando-se por base o coeficiente de atualização monetária a que se refere a Lei 6.205, de 29 de abril de 1975, regulamentada em legislação posterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — O presente contrato entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da CONTRATADA, expirando-se em 31 de dezembro de 1978.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1ª Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: as) JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER; PELA CONTRATADA: (as.) RUTH MADLENER DOS SANTOS; TESTEMUNHAS: (as.) FRANCISCO CAMELO RAMOS, (as.) DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS. VISTO. Em, 12.01.78 - JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1° Subprocurador-Geral do DF. - (DAR, de 12.01.78 - Cr$ 990,00)

COMPANHIA BRASILIENSE DE CERVEJAS
C.G.C. N° 00.056.390/0001-11

Capital Social Autorizado	Cr$40.000.000,00
Capital Social Subscrito	Cr$40.000.000,00
Capital Social Realizado	Cr$40.000.000,00

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 1977

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e sete, às 8:30 horas, na sede social, na Área Especial para Indústria n° 1, Gama, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária os acionistas da Companhia Brasiliense de Cervejas, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n° 00.056.390/0001-11, estando presentes acionistas que representam mais de dois terços do capital social com direito de voto, conforme se verifica pelas assinaturas no "Livro de Presença de Acionistas". Em seguida, foi constatada, também, a ausência do Diretor Presidente da Sociedade, o que levou os acionistas presentes a indicarem o

acionista WALTER GIORDANO ALVES, por unanimidade, para presidir a Assembléia, o qual, após aceitar o encargo, convidou a mim, FRANCISCO JOSE BORTOTTI para secretariá-lo, ficando, dessa forma, constituida a mesa dirigente dos trabalhos. Com a palavra, esclareceu o Presidente da Assembléia, que a mesma havia sido convocada por editais publicados no "Diário Oficial do Distrito Federal" dos dias 07, 09 e 12, do mês corrente e no "Jornal de Brasília" dos dias 07, 08 e 09, também do mês corrente, ambos do ano em curso, do seguinte teor: "Companhia Brasiliense de Cervejas — Capital Autorizado — Cr$ 40.000 000,00; Capital Subscrito — Cr$ 40.000.000,00; Capital Realizado - Cr$ 40.000 000,00; C.G.C MF 00.056.390/0001-11 - Assembléia Geral Extraordinária - 1ª Convocação - Ficam convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, às 8:30 horas, no dia 20 de dezembro do corrente ano, na sede social, na Área Especial para Indústria nº 1, Gama, Brasília, Distrito Federal, a fim de deliberarem sobre a matéria constante da seguinte ordem do dia: 1) - protocolo firmado pelos órgãos da administração da Companhia Brasiliense de Cervejas e da Cervejarias Reunidas Skol - Caracu S.A., que versa sobre a incorporação daquela por esta última; 2) - ata da reunião dos órgãos da administração da Companhia Brasiliense de Cervejas, que contém a justificação de sua incorporação pela Cervejarias Reunidas Skol - Caracu S.A., conforme determina o artigo 225 da Lei nº 6.404/76; 3) - tomar conhecimento da relação de substituição das ações da Companhia Brasiliense de Cervejas detidas pela Cervejarias Reunidas Skol-Caracu S.A., conforme determina o artigo 264 da Lei nº 6.404/76; 4) - autorizar a administração da Companhia Brasiliense de Cervejas a praticar todos os atos necessários à concretização da incorporação, inclusive a subscrever o aumento do capital da Incorporadora que será realizado com a parcela do patrimônio líquido da incorporada pertencente a seus acionistas que não a própria incorporadora; 5) - assuntos de interesse geral. Brasília, 01 de dezembro de 1977. DÉCIO GUIDI - Diretor. "Antes de iniciar os debates sobre o item 1 (um) do edital de convocação, o Sr. Presidente da Assembléia sugeriu que o Protocolo de Incorporação firmado entre as diretorias da Sociedade e da Cervejarias Reunidas Skol-Caracu S.A., fosse discutido conjuntamente com a Justificação de Incorporação, matéria constante do item 2 (dois) do mesmo edital, pois ambas as matérias dizem respeito à incorporação da Sociedade pela Cervejarias Reunidas Skol - Caracu S.A., sendo a Justificação um esclarecimento que a Diretoria presta aos senhores acionistas sobre os motivos que levaram a mesma a firmar o Protocolo de Incorporação com os órgãos da administração da Cervejarias Reunidas Skol-Caracu S.A. Desta forma, os senhores acionistas poderiam apreciar a operação na sua totalidade, levando em consideração a justificação de motivos da operação. Aceita a sugestão, procedeu-se a leitura do Protocolo de Incorporação e da Justificação de que tratam os artigos 224 e 225 da Nova Lei das Sociedades por Ações, e que são do seguinte teor: "PROTOCOLO DE INCORPORAÇÃO — Assinam o presente protocolo: (a) CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL-CARACU S.A., indústria brasileira de bebidas, com sede na Cidade do Rio de Janeiro — Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Itaóca, número 2.277, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 33.719.311/0001-64, através de seus diretores HANS MONNA, brasileiro, casado, industrial, cart. ident. 2.415.254 - IFP, CPF 129315357, domiciliado e residente nesta cidade e SERGIO LAUX, brasileiro, casado, Químico, cart. ident. 2.194.223 — SSP-SP, CPF 043084337, domiciliado e residente nesta cidade; e (b) COMPANHIA BRASILIENSE DE CERVEJAS, indústria brasileira de bebidas, com sede na Cidade de Brasília — Distrito Federal, na Área Especial para Indústria Nº 1, Setor Leste do Gama, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 00.056.390/0001-11, através de seus diretores DÉCIO GUIDI, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, cart. ident. 2.518.800 — SSP-SP, CPF 000550262, domiciliado e residente na cidade do Rio de Janeiro e GERALDO GUILHERME CIRATI GOMES, brasileiro, desquitado, Engenheiro, cart. ident. 2.487.500 — IFP, CPF 023276197, , domiciliado e residente na cidade do Rio de Janeiro. CONSIDERANDO que os administradores das empresas envolvidas concluíram, após cuidadoso estudo, ser do interesse das mesmas a incorporação da COMPANHIA BRASILIENSE DE CERVEJAS, doravante designada INCORPORANDA, por CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL-CARACU S.A., doravante designada INCORPORADORA; CONSIDERANDO que, nos termos da vigente lei das sociedades anônimas (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) o processo de incorporação se inicia mediante a formalização de "Protocolo" pelos órgãos administrativos da INCORPORADORA e da INCORPORANDA. OS ADMINISTRADORES DA INCORPORADORA E DA INCORPORANDA, POR SEUS DIRETORES ACIMA NOMEADOS E QUALIFICADOS, RESOLVEM SUBMETER À ASSEMBLÉIA GERAL DAS ALUDIDAS SOCIEDADES PROJETO DE INCORPORAÇÃO NOS TERMOS SEGUINTES: 1. A incorporação deve ser procedida de forma a que a INCORPORADORA receba o patrimônio da INCORPORANDA assumindo os direitos e obrigações da mesma e aumentando o seu capital em valor que não seja superior ao das participações dos acionistas da INCORPORANDA, que não a própria INCORPORADORA, no patrimônio líquido daquela; as ações de aumento de capital que tocariam à INCORPORADORA, em razão de sua participação no capital da INCORPORANDA, serão, conforme faculta o parágrafo 1º, do artigo 226, da Lei das Sociedades Anônimas, declaradas extintas, lançando-se na conta de lucros e perdas da INCORPORADORA, como lucro ou prejuízo, conforme o caso, a diferença a maior ou a menor verificada entre o valor contábil da participação societária e o correspondente valor patrimonial; 2. Estudos preliminares realizados pelos administradores das empresas envolvidas indicam que o patrimônio líquido da INCORPORANDA será igual ou ligeiramente superior a Cr$ 28.520.390,00 (vinte e oito milhões, quinhentos e vinte mil, trezentos e noventa cruzeiros), razão pela qual determinam o valor do aumento de capital da INCORPORADORA, em virtude da incorporação, em Cr$ 1.467.090,00 (hum milhão, quatrocentos e sessenta e sete mil e noventa cruzeiros), valor esse correspondente à participação dos acionistas da INCORPORANDA, que não a própria INCORPORADORA, no patrimônio líquido acima referido; 3. O capital da INCORPORANDA é representado por 40.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias no valor nominal de Cr$ 1,00 (hum cruzeiro) cada uma, inexistindo, portanto, ações preferenciais. Em vista disto, o aumento de capital da INCORPORADORA, aludido no item anterior, será representado por 1.467.090 (hum milhão, quatrocentas e sessenta e sete mil e noventa) ações ordinárias de sua emissão, ações estas do valor nominal de Cr$ 1,00 (hum cruzeiro) cada uma. As ações representativas do aumento de capital da INCORPORADORA serão entregues, pelos administradores desta, aos aludidos minoritários da INCORPORANDA, observadas as proporções das participações dos mesmos no capital da INCORPORANDA; 4. O aumento de capital acima mencionado ficará condiconado, nos termos do artigo 226 da Lei das Sociedades Anônimas, a que os peritos a serem nomeados por Assembléia Geral da INCORPORADORA atribuam ao patrimônio líquido da INCORPORANDA valor igual ou superior aos referidos Cr$ 28.520.390,00 (vinte e oito milhões, quinhentos e vinte mil, trezentos e noventa cruzeiros); 5. Os peritos referidos no item anterior deverão elaborar seu laudo com base no balancete da INCORPORANDA, levantado em 31 de outubro do corrente ano, que corresponde à data base da avaliação. As variações patrimoniais ocorridas na INCORPORANDA entre aquela data e a em que sua incorporação vier a se consumar, serão apropriadas diretamente aos resultados da INCORPORADORA; 6. A incorporação prevista neste protocolo não acarretará alterações no estatuto da INCORPORADORA, posto que o aumento do capital se dará dentro dos limites do capital autorizado, não implicando portanto alteração estatutária. Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1977. CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL-CARACU S.A. — Hans Monna e Sérgio Laux - COMPANHIA BRASILIENSE DE CERVEJAS - Décio Guidi e Geraldo Guilherme Cirati Gomes." — "JUSTIFICAÇÃO — Como é do conhecimento de V.S.ªs. o capital da Sociedade é detido em sua quase totalidade (mais do que 94%) por CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL-CARACU S.A. e o perfeito entrosamento existentes entre os órgãos de administração das duas sociedades gerou tal unidade administrativa que a duplicidade de custos e encargos é desnecessária e prejudicial. CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL-CARACU S.A. já incorporou, em diversas oportunidades, empresas sob seu controle em posição idêntica à da Sociedade e os administradores da referida empresa concluiriam, após cuidadosos estudos realizados em conjunto com os administradores da Soceiedade, ter chegado a oportunidade da incorporação desta última. Em vista disto e considerando os benefícios evidentes que a incorporação em causa gerará para a Sociedade e seus acionistas (que passarão, com a incorporação, a participar de forma direta de empresa de grande porte, com amplas perspectivas de rentabilidade e com mercados de consumo significativos, sendo exemplos os dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo), a Diretoria firmou, com os diretores de CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL-CARACU S.A., "Protocolo de Incorporação" que será submetido à aprovação de V.S.ªs. juntamente com esta "Justificação". Conforme previsto no "Protocolo de Incorporação", CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL-CARACU S.A. receberá a totalidade do patrimônio da Sociedade, cabendo-lhe, em contrapartida, elevar o seu capital em montante pré-determinado com base no valor da parcela do patrimônio líquido contábil da Sociedade pertencente a seus acionistas que não à própria incorporadora. O capital social da Sociedade é representado apenas por ações ordinárias, de sorte que o aumento de capital da incorporadora será integrado de ações com as mesmas características. Nos termos do "Protocolo de Incorporação" caberá à incorporadora emitir 1.467.090 (hum milhão, quatrocentas e sesenta e sete mil e noventa) ações de aumento de capital, todas ordinárias, como frisado, as quais serão atribuídas aos minoritários da Sociedade na proporção de suas participações no capital social. CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL-CARACU S.A. é uma sociedade de capital autorizado, com as garantias características atuais: (a) Capital Autorizado: Cr$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), dividido em 255.000.000 (duzentas e cinquenta e cinco milhões) de ações ordinárias, 216.445.495 (duzentos e dezesseis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, quatrocentas e noventa e cinco) ações preferenciais classe "A" e 28.554.505 (vinte e oito milhões, quinhentas e cinquenta e quatro mil, quinhentas e cinco) ações preferenciais classe "B", todas elas do valor nominal de Cr$ 1,00 (hum cruzeiro); Capital Subscrito e Realizado: Cr$ 430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de cruzeiros), representado por 219.477.360 (duzentas e dezenove milhões, quatrocentas e setenta e sete mil, trezentas e sessenta) ações ordinárias, 185.986.511 (cento e oitenta e cinco milhões, novecentas e oitenta e seis mil, queinhentas e onze) ações preferenciais classe "A" e 24.536.129 (vinte e quatro milhões, quinhentas e trinta e seis mil, cento e vinte e nove) ações preferenciais classe "B". As ações preferenciais classe "A" tem os seguintes privilégios: prioridade na percepção do dividendo mínimo anual de 7% (sete por cento) do valor nominal da ação e prioridade no reembolso do capital; já os das ações preferenciais classe "B" são os seguintes: prioridade na percepção de dividendos e no reembolso do capital. O capital autorizado da incorporadora não será alterado em virtude da incorporação; o capital subscrito e realizado passará, contudo, a ser de Cr$ 431.467.090,00 (quatrocentos e trinta e hum milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil e noventa cruzeiros), correspondendo o aumento de Cr$ 1.467.090,00 (hum milhão, quatrocentos e sessenta e sete mil e noventa cruzeiros) à emissão das referidas 1.467.090 (hum milhão, quatrocentase sessentae sete mil e noventa) ações ordinárias que serão atribuídas aos minoritários da Sociedade. A incorporação dará aos acionistas dissidentes o direito de retirar-se da Sociedade mediante reembolso do valor de suas ações, valor esse a ser determinado de acordo com o artigo 45 da Lei das Sociedades Anônimas. O Estatuto Social é omisso a respeito dos critérios de determinação do valor de reembolso, de sorte que o mesmo será determinado com base no patrimônio líquido da Sociedade. O último balanço aprovado pelos acionistas corresponde ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1976 e o valor atual de patrimônio líquido da Sociedade é consideravelmente superior ao que resulta do supra aludido balanço. Tendo em vista que a incorporação (ato que dará direito de retirada aos acionistas da Sociedade) ocorrerá após 60 dias do levantamento daquele balanço, os acionistas terão o direito de exigir o levantamento de balanço especial para, com base no mesmo, determinar o valor de reembolso de suas ações. Esclarece a Diretoria que "balanço especial" já foi levantado a fim de que a incorporação fosse levada a efeito e que tal balanço registra o patrimônio líquido de Cr$ 28.520.390,00 (vinte e oito milhões, quinhentos e vinte mil, trezentos e noventa cruzeiros); assim, o valor de reembolso de cada uma das 40.000.000 (quarenta milhões) de ações que compõem o capital social seria de Cr$ 0,713 (setenta e um centavos e três décimos de centavo). Esclarece, finalmente, a Diretoria que, sendo CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL-CARACU S.A. a acionista controladora da Sociedade, providenciou, conforme determina o artigo 264 da Lei das Sociedades Anônimas a avaliação de seu patrimônio líquido e o de CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL-CARACU S.A., a preços de mercado, avaliação esta consubstanciada em laudo que se encontra à disposição dos senhores acionistas. Segundo o referido laudo as ações da Sociedade valem, com base em seu patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, Cr$ 0,86976 (oitenta e seis centavos, novecentos e setenta e seis milésimos de centavo) e as de CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL-CARACU S.A., Cr$ 1,50096 (hum cruzeiro, cinquenta centavos e noventa e seis milésimos de centavo); os minoritários da Sociedade detém 2.057.602 (dois milhões, cinquenta e sete mil, seiscentos e duas) ações cujo valor patrimonial é de Cr$ 1.789.619,00 (hum milhão, setecentos e oitenta e nove mil, seiscentos e dezenove cruzeiros) e o aumento de capital das CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL-CARACU S.A. será representado por 1.467.090 (hum milhão, quatrocentas e sessenta e sete mil e noventa) ações de aumento de seu capital, cujo valor patrimonial é de Cr$ 2.202.043,00 (dois milhões, duzentos e dois mil, quarenta e três cruzeiros), resultando, a incorporação, em vantagem global para os minoritários da Sociedade no montante de Cr$ 412.424,00 (quatrocentos e doze mil, quatrocentos e vinte e quatro cruzeiros). Assim, cada uma das ações da Sociedade do valor patrimonial de Cr$ 0,86976 será substituído por 0,713 de ação da incorporação, tocando a esta fração de ação o valor patrimonial de Cr$ 1,07018. Obviamente não será viável a atribuição de frações de ação aos minoritários da Sociedade, servindo os números acima indicados apenas para demonstrar os resultados da substituição das ações dos mesmos, conforme determina o artigo 264 da Lei das Sociedades Anônimas. Esclarece, ainda, a Diretoria que a incorporação seria também vantajosa para os minoritários da Sociedade se o confronto acima apresentado fosse feito com base nos valores de patrimônio líquido contábil da incorporadora e da Sociedade, o que se explica facilmente em razão dos seguintes fatos: (a) O aumento de capital da incorporadora corresponderá à parcela do patrimônio líquido da Sociedade pertencente a seus acionistas minoritários;

(b) As ações da Sociedade (avaliadas com base em seu patrimônio líquido) serão substituídas por ações da incorporadora que serão entregues aos minoritários da Sociedade por Cr$1,00 (valor nominal), mas às quais correspondem valor patrimonial bem mais elevado, face a existência de lucros e reservas na incorporadora. Brasília, 16 de novembro de 1977. HANS MONNA, DÉCIO GUIDI, GERALDO GUILHERME CIRATI GOMES. "Referidos documentos foram submetidos à apreciação do Conselho Fiscal da Sociedade, conforme determina o item III, do artigo 163, da Nova Lei das Sociedades por Ações que, em reunião realizada no dia 17 de novembro do corrente ano, emitiu o seguinte "PARECER DO CONSELHO FISCAL — Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Brasiliense de Cervejas tendo examinado proposta da Diretoria objetivando a incorporação da Sociedade pela Cervejarias Reunidas Skol-Caracu S.A., e encontrado conforme todos os documentos relativos à operação, manifestam-se favorávelmente à mesma por seus próprios fundamentos. Brasília, 17 de dezembro de 1977. MAURICIO ALVIM DUZI, CELIO FONSECA e LINDEMBERG AZIZ CURI." Antes de colocar a matéria em votação, o Sr. Presidente da Assembléia chamou a atenção para a Justificação de motivos apresentada pela Diretoria da Sociedade, que encerra, além das informações previstas no artigo 225 da Nova Lei das Sociedades por Ações, o cálculo das relações de substituição das ações dos acionistas da Sociedade, com base no valor do patrimônio líquido das ações da incorporadora e da incorporanda, avaliados os dois patrimônios segundo os mesmos critérios e na mesma data, a preços de mércado. Tal inserção deve-se à exigência da Nova Lei das Sociedades por Ações que visando dar um quadro exato das operações de incorporação da companhia controlada, para assim evitar qualquer prejuízo em detrimento dos acionistas minoritários, previu em seu artigo 264 essa hipótese exigindo que além da avaliação do patrimônio líquido contábil (forma pela qual irá ser realizada a incorporação), seja feita uma avaliação dos dois patrimônios a preços de mercado, avaliação essa que foi providenciada pela Diretoria da Sociedade e executada pelos peritos que acompanharam a operação. Pela avaliação efetuada desta forma, cujos laudos se encontram em cima da mesa à disposição dos Senhores Acionistas, chegou-se à conclusão que a incorporação pelo patrimônio líquido contábil, (forma prevista no Protocolo de Incorporação) era altamente vantajosa para os acionistas, posto que estes receberão ações de um valor patrimonial superior, tanto no que diz respeito ao valor patrimonial contábil, como ao valor patrimonial a preço de mercado, já que as ações da incorporanda foram avaliadas por este critério em Cr$0,86976 (oitenta e seis centavos, novecentos e setenta e seis milésimos de centavo) e os da incorporadora em Cr$1,50096 (hum cruzeiro, cinquenta centavos e noventa e seis centésimos de centavo). Feitas estas observações indispensáveis para que os Senhores Acionistas pudessem ter uma idéia global da incorporação e de todas as suas particularidades foi a matéria posta em votação e aprovada por unanimidade a incorporação da Sociedade por Cervejarias Reunidas Skol-Caracu S.A. Esclareceu, então, o Presidente que, no termos do Protocolo de Incorporação que vinha de ser aprovado, caberia a cada acionista da Sociedade, efetivando-se sua incorporação, tantas ações da incorporadora, ordinárias e de valor nominal de Cr$1,00 (hum cruzeiro) cada uma, quantas correspondessem ao valor de suas participações no patrimônio líquido da Sociedade, obviamente dentre tais acionaistas não figuraria a própria incorporadora. Prestados estes esclarecimentos, o Presidente da Assembléia distribuiu aos acionistas cópias dos estudos preparados pela Diretoria da Sociedade sobre sua situação patrimonial, estudos esses que haviam servido de base para a elaboração do Protocolo de Incorporação ora aprovado, e que demonstravam ser o patrimônio líquido da Sociedade da ordem de Cr$ 28.520.390,00 (vinte e oito milhões, quinhentos e vinte mil, trezentos e noventa cruzeiros). Examinados tais estudos, decidiu a Assembléia condicionar a incorporação a que o patrimônio líquido da Sociedade fosse avaliado por um valor não inferior àquele constante do Protocolo de Incorporação. Esclareceu, por último o Presidente da Assembléia que, em Assembléia Geral Extraordinária da incorporadora realizada na data de ontem, dia 19 (dezenove) de dezembro do corrente ano, os acionistas daquela Empresa haviam aprovado o Protocolo de Incorporação firmado entre os Órgãos de Administração das duas Sociedades e, autorizado um aumento do capital social subscrito no valor de Cr$1.467.090,00 (hum milhão, quatrocentos e sessenta e sete mil e noventa cruzeiros), aumento esse que será representado por 1.467.090 (hum milhão, quatrocentas e sessenta e sete mil e noventa) ações ordinárias que serão distribuidas entre os acionistas da incorporanda na proporção de 0,713 de ação da incorporadora para cada ação da incorporanda, cabendo aos acionistas ajustarem-se entre si no caso de fracionamento. Decidiu, finalmente, a Assembléia autorizar os diretores Décio Guidi e Geraldo Guilherme Cirati Gomes a tomar todas as medidas necessárias a concretização da incorporação, obviamente respeitadas as diretrizes estabelecidas pela Assembléia, tendo ditos diretores sido investidos de todos os poderes necessários a realização da incorporação, podendo, inclusive representar a Sociedade na Assembléia Geral Extraordinária da incorporadora, Cervejarias Reunidas Skol - Caracu S.A., subscrevendo e realizando o aumento do capital decorrente da incorporação. Passando-se ao item dos assuntos de interesse geral, da ordem do dia, vários esclarecimentos foram solicitados ainda relativamente a detalhes da incorporação e seus efeitos e também sobre assuntos de interesse geral dos acionistas, tendo o Sr. Presidente da Assembléia, com a participação de mim secretário, prestado todas as informações pedidas, o terminou por generalizada manifestação de contentamento dos senhores acionistas pela incorporação ora aprovada e os efeitos decorrentes. Esgotada a ordem do dia e não havendo qualquer dos acionistas solicitado a palavra, foi encerrada a Assembléia e lavrada esta ata, que vai assinada pelos presentes. Brasília, 20 de dezembro de 1977.

a) Cervejarias Reunidas Skol-Caracu S.A., Walter Giordano Alves, Francisco José Bortotti, Aladia Ribeiro, Manoel Viena da Silva e Aparecida Carvalho Souza

Certifico que esta é uma cópia fiel da ata lavrada no livro de Ata de Assembléias Gerais.

FRANCISCO JOSÉ BORTOTTI — Nº 7594 - Por despacho do Presidente da Junta Comercial do Distrito Federal, nesta data, fica arquivado sob o número acima e registrado no livro competente, um exemplar de igual teor. Secretaria da J C D F., 17 Jan 1978 - Secretário-Geral (DAR, de 18.01.78 - Cr$3.00,00)

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
S.V.O. — NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 011/78-CPL, PARA CONSTRUÇÃO, PELO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE 20 CASAS, NA QI 0/2 E QI 0/1, PARA FUNCIONÁRIOS DA NOVACAP, NO SHIN, EM BRASÍLIA — DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das empresas regularmente registradas na Unidade de Registro Cadastral, que será realizada às 15:00 horas do dia 31 de janeiro de 1978, na sala de licitações, no 13º andar do Edifício Sede da NOVACAP.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Unidade de Licitação para Obras e Serviços da CPL-NOVACAP, no 8º andar do Edifício Sede da NOVACAP.

Brasília, 16 de janeiro de 1978.

ENGº VICENTE DE PAULA AZEVEDO SILVA
Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO
FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL
JARDIM ZOOLÓGICO — SERVIÇO DE APREENSÃO DE ANIMAIS

AVISO Nº 01/78

O Chefe do Serviço de Apreensão de Animais, de acordo com o que determina o Regulamento deste Serviço, AVISA que se encontram apreendidos no Depósito em frente à Divisão de Transporte da Segurança Pública - SEP - Velhacap, situada à margem esquerda da estrada que dá acesso à Cidade-Satélite do Núcleo Bandeirante, animais das seguintes espécies: Bovino e Equino, com diferentes marcas, que poderão ser retirados, por seus legítimos proprietários dentro de 72:00 horas (setenta e duas horas) a contar da data da publicação deste, mediante prova de identidade, que poderá ser testemunhal.

Expirado o prazo, os animais serão considerados como abandonados e alienados em Leilão Público.

Brasília, 11 de janeiro de 1978

Fundação Zoobotânica - DF
Serv. Apreensão Animais - JZ
JOEL DA MATA OLIVEIRA
Chefe

AVISO

ÀS EMPRESAS SEDIADAS NO D.F.

De acordo com a legislação em vigor, as empresas sediadas no Distrito Federal poderão publicar no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, seus Balanços, Atas, Editais de Assembléias, Contratos e suas alterações, com validade legal para registro na Junta Comercial do D.F. e demais efeitos jurídicos.

Nossa redação funciona no 6º andar do Anexo do Buriti e temos prazos de publicação bastante reduzidos.

IPTU E ISS

Regulamentos baixados pelos Decretos Nºs. 3.521 e 3.522,

de 28 de dezembro de 1976.

Publicados no suplemento do

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

de 30.12.76.

Formato pequeno de fácil manuseio.

À VENDA

No andar térreo do Anexo do Buriti

Seção de Distribuição do DODF.

Preço - Cr$ 20,00.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
S.V.O. — NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/78-CPL, PARA CONSTRUÇAO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DA LANCHONETE PARA A TERRACAP, SITUADA NO SETOR DE DIVERSÕES SUL, EM BRASÍLIA — DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das empresas regularmente registradas na Unidade de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas da CPL-NOVACAP, para a licitação em tela, que será realizada às 15:00 horas do dia 01 de fevereiro de 1978, na sala de licitações, no 13º andar do Edifício Sede da NOVACAP.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Unidade de Licitação para Obras e Serviços da CPL-NOVACAP, no 8º andar do Edifício Sede da NOVACAP.

Brasília, 16 de janeiro de 1978.

ENGº VICENTE DE PAULA AZEVEDO SILVA
Presidente da CPL

DECLARAÇÃO

ICC - INDÚSTRIA DE COMUNICAÇÕES COENCISA S.A. estabelecida no IAS Trecho 8 nº 51, inscrita no G.D.F. sob nº 070.608.881, CGC/MF. nº 00.474.031/0001-84, declara para os devidos fins que foi extraviado o Livro de Registro de Entrada, modêlo 01, número de ordem 01, da firma, escriturado até 29 de dezembro de 1977. por ser verdade data e assina a presente declaração.

Brasília-DF., 16 de janeiro de 1978

ICC - INDÚSTRIA DE COMUNICAÇÕES

COENCISA S/A

(DAR, de 16.01.78 - Cr$ 360,00) DIAS, 18,19 e 20

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
S.V.O. — NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 009/78-CPL, PARA CONSTRUÇAO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DA COMPLEMENTAÇÃO DE DOIS GALPÕES DO PÁTIO DO DEPARTAMENTO DE URBANIZAÇÃO, DESTINADOS À DIVISAO DE PATRIMÔNIO EM BRASÍLIA — DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das empresas regularmente registradas na Unidade de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas da CPL-NOVACAP, para a licitação em tela, que será realizada às 16:30 horas do dia 31 de janeiro de 1978, na sala de licitações, no 13º andar do Edifício Sede da NOVACAP.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Unidade de Licitação para Obras e Serviços da CPL-NOVACAP, no 8º andar do Edifício Sede da NOVACAP.

Brasília, 16 de janeiro de 1978

ENGº VICENTE DE PAULA AZEVEDO SILVA
Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

S.V.O. — NOVACAP

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 010/78-CPL, PARA FORNECIMENTO E PLANTIO, PELO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO DE GRAMA BATATAIS (PASPALUM NOTATUM) EM MUDAS, EM AREAS DO PLANO PILOTO E DIVERSOS LOCAIS, EM BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das empresas regularmente registradas na Unidade de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas da CPL-NOVACAP, para a licitação em tela, que será realizada às 16:00 horas do dia 31 de janeiro de 1978, na sala de licitações, no 13º andar do Edifício Sede da NOVACAP.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Unidade de Licitação para Obras e Serviços da CPL-NOVACAP, no 8º andar do Edifício Sede da NOVACAP.

Brasília, 16 de janeiro de 1978

ENGº VICENTE DE PAULA AZEVEDO SILVA
Presidente da CPL

MOTO AGRÍCOLA SLAVIERO S.A.

CGC/MF nº 00003228/0001-35

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas desta empresa, a se reunir em Assembléia Geral Extraordinária, às 15:00 (quinze) horas do dia 28 (vinte e oito) do corrente mês de janeiro, na sede social, à Av. W-3 Sul, CRS 505, Bloco "B", Loja 35, nesta cidade de Brasília-DF, obedecidas as disposições legais, para deliberar sobre a seguinte

ORDEM DO DIA:

a) -Reforma total dos Estatutos Sociais, com adaptação à Lei 6.404/76, e introdução de diversas outras alterações, e consolidação geral;
b) -Ratificação do atual mandato da Diretoria e eleição de novos Diretores;
c) -Outros assuntos do interesse social.

Brasília-DF, 6 de janeiro de 1978

NEWTON SLAVIERO
Diretor

(DAR, de 18.01.78-Cr$660,00) (Dias 19, 20 e 23)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DER-DF
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/78

Edital: — Encontra-se à disposição dos interessados na Comissão de Licitação, no 2º andar do Edifício Sede do DER-DF, Setor de Areas Isoladas Norte Lote "C", em Brasília, Distrito Federal.

Objeto: — Fornecimento e assentamento de aproximadamente 30.000 metros de meios-fios, na Estrada Parque Ceilândia - EPCL, em Brasília-DF, sob o regime de empreitada por preço unitário.

Data: — O recebimento dos invólucros de "Documentação" e "Proposta" dar-se-á às 15:00 (quinze) horas do dia 03 (três) de fevereiro de 1978.

Brasília, 16 de janeiro de 1978

ÉLIO MOULIN
Presidente da Comissão de Licitação
em exercício

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA

EDITAL Nº 025/77 - DRT

O DIRETOR DA DIVISÃO DA RECEITA DE TAGUATINGA, do Departamento da Receita/SEF, considerando que se esgotaram as formas indicadas nos incisos I e II do artigo 246 da Lei nº 4.191/62, sem que se localizasse a firma VAREJÃO DAS MALHAS LTDA no endereço abaixo mencionado (constante do Cadastro Fiscal) caracterizando-se desta forma desconhecido e incerto o seu domicílio fiscal, TORNA PÚBLICO a lavratura do AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO nº 25491 de 30 de novembro de 1977, assim caracterizado: "Aos 30 (trinta) dias do mês de novembro do ano de 1977, na Divisão da Receita de Taguatinga onde me achava no exercício da Fiscalização de TRIBUTOS DO DISTRITO FEDERAL, verifiquei que a firma VAREJÃO DAS MALHAS LTDA, inscrição nº 07055685-7, estabelecida na CNB 02, lote 07, loja 02 - Taguatinga-DF, com negócio de Roupas Feitas, Malharias e Calçados, infringiu o disposto nos Artigos 16, item I, do Regulamento baixado pelo Decreto nº 1.697/71, com a redação do Decreto nº 2.185 de 30.01.73, pela constatação das seguintes irregularidades: Deixou de recolher o ICM, referente às Notas Fiscais nº 132 e 135, não escrituradas no livro Registro de Saídas de Mercadorias, no valor de Cr$ 41.714,70 (quarenta e um mil, setecentos e quatorze cruzeiros e setenta centavos), calculado sobre o valor tributável de Cr$ 278.098,00 (duzentos e setenta e oito mil, noventa e oito cruzeiros), no mês de junho de 1977."

Pelo que lavrei o presente auto de Infração e Apreensão em 4 (quatro) vias. Distrito Federal, 30 de novembro de 1977. GERCINO ELIAS DO NASCIMENTO — Fiscal de Tributos.

Desta forma, CIENTIFICO a infratora qualificada de que dispõe de 20 (vinte) dias para apresentar defesa escrita acompanhada das provas que entender necessárias, conforme preceituam os artigos 247 e 252 da Lei nº 4.191/62. Em não o fazendo no prazo legal, será declarada REVEL e os autos conclusos à primeira instância para julgamento.

Distrito Federal, 20 de dezembro de 1977

FRANCISCO LUCAS FURTADO MAGALHÃES
Diretor-DRT